Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025

SECRETARIA E/OU DIVISÃO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e demais secretarias

TIPO DE LICITAÇÃO
Maior Percentual de Desconto *sobre Tabela ANP*

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

PRAZO DE VIGÊNCIA
12 (doze) meses, podendo ser prorrogado

VALOR

R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos acompanhados de Nota Fiscal e certidões de regularidade Fiscal e Trabalhista.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Artigo 72, inciso I, da Lei N° 14133/21

Três Barras do Paraná, 20 de janeiro de 2025

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Agricultura
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Rodoviários
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Esportes
Secretaria Municipal de Assistência Social

PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

A contratação de uma empresa para o fornecimento de combustíveis é imprescindível para assegurar o pleno funcionamento da frota municipal de Três Barras do Paraná. Essa medida tem como objetivo atender às demandas operacionais dos diversos órgãos e departamentos municipais que utilizam os veículos em atividades essenciais ao atendimento da população.

A frota municipal é composta por veículos utilizados em serviços como transporte escolar, coleta de lixo, manutenção de vias públicas, vigilância sanitária, assistência social, saúde e segurança. Esses serviços, por sua vez, demandam o consumo regular e contínuo de combustíveis para garantir a mobilidade necessária à execução de suas atividades.

O fornecimento ininterrupto de combustíveis é essencial para evitar prejuízos na continuidade dos serviços públicos. Qualquer interrupção pode comprometer significativamente a qualidade do atendimento à população, especialmente em áreas sensíveis como saúde e educação.

Além disso, a contratação permite um planejamento financeiro mais eficiente, considerando a previsão de gastos com combustíveis e garantindo a aquisição em condições competitivas de mercado, o que reflete diretamente na economicidade e na eficiência da administração pública.

A ampliação da frota municipal, com a aquisição de novos veículos nos últimos anos, também reforça a necessidade de revisão e adequação do contrato de fornecimento de combustíveis. Isso se faz necessário para atender à demanda adicional gerada pelos novos equipamentos.

Por fim, a realização de um processo licitatório adequado proporciona maior transparência e segurança jurídica à contratação, alinhando-se aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência que regem a administração pública.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

A estimativa das quantidades de combustíveis necessários foi realizada com base em estudo detalhado dos gastos efetivados no ano de 2024, acrescidos das demandas geradas pelos novos veículos incorporados à frota municipal. Esse estudo levou em consideração o histórico de consumo e a expansão prevista das atividades municipais.

A metodologia utilizada para a projeção baseou-se na análise do consumo médio dos novos veículos e na frequência de uso em serviços públicos. Além disso, foram considerados fatores externos como o aumento das atividades operacionais em decorrência do crescimento populacional e a expansão dos serviços prestados.

A previsão também incluiu uma margem de segurança sobre o total estimado, considerando eventuais emergências ou imprevistos que possam impactar o consumo de combustíveis. Essa margem busca garantir a continuidade dos serviços sem comprometimento das atividades essenciais.

Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
01	LITROS	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	
02	LITROS	DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	
03	LITROS	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	
04	LITROS	ETANOL	R$ 40.000,00	
		VALOR TOTAL	**R$ 4.540.000,00**	

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

A pesquisa de preços foi realizada com base nos dados disponíveis pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram utilizados os preços médios semanais praticados no estado do Paraná, no município de Cascavel/PR como referência para a consulta.

Os parâmetros considerados para a elaboração da estimativa de custos incluíram os preços médios por tipo de combustível, atualizados semanalmente, e a projeção de consumo conforme detalhado no item anterior. Essa metodologia assegura a adoção de valores de mercado como referência, proporcionando maior aderência à realidade econômica local.

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE PREÇOS	DATA DA CONSULTA/REFERÊNCIA
01	DIESEL COMUM	**R$ 5,99**	12/01 A 18/01/2025
02	DIESEL S10	**R$ 6,12**	12/01 A 18/01/2025
03	GASOLINA COMUM	**R$ 6,30**	12/01 A 18/01/2025
04	ETANOL	**R$ 4,28**	12/01 A 18/01/2025

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

PARÂMETROS DE CONSULTA/REFERÊNCIA: Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

Com base na estimativa de consumo, o custo total projetado para o fornecimento de combustíveis é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais). Esse valor será utilizado como referência para a elaboração do edital de licitação e demais documentos do processo.

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

Considerando o vencimento do processo licitatório atualmente em vigência, a aquisição dos produtos deverá ser iniciada de forma imediata. Essa medida busca assegurar o abastecimento contínuo da frota municipal, evitando interrupções que possam comprometer os serviços essenciais à população.

A previsão de início imediato está alinhada com a necessidade de continuidade dos serviços públicos e com os princípios da eficiência e economicidade. A administração municipal adotará todas as medidas cabíveis para que o contrato seja formalizado e executado sem atrasos, garantindo o atendimento das demandas operacionais com a máxima celeridade.

CLEBESON BORDIM
Secretário de Administração e Planejamento

DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação

VALDENIR RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANIEL HAWERROTH
Secretário Municipal de Cultura

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

ESTADO DO PARANÁ

Município de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 20 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do presente processo deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Secretaria de Administração e Planejamento para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 23 de janeiro de 2025.

De: Dpto de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 011/2025, em especial, a página nº 005, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R$ 4.540.000,00 (quatro milhões e quinhentos e quarenta mil reais), conforme dotações abaixo relacionadas:

a) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00

b) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00

c) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00

d) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00

e) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00

f) 04.02.04.123.0004.2.008.000.3.3.90.30.00

g) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

h) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00

i) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00

j) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00

k) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00

l) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00

m) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00

n) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00

o) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00

p) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00

q) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00

r) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00

s) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00

t) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00

u) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00

v) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00

w) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00

x) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00

y) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00

z) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00

aa) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00

bb) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

Salienta-se aos Gestores e/ou Responsáveis pela execução das despesas, que devem sempre ater-se aos saldos das dotações orçamentárias antes de autorizar a execução das mesmas, uma vez que, os mesmos não especificam os valores que se pretende realizar de forma individualizada para cada Secretaria e/ou Departamento, bem como, a Gestão não adota/utiliza da emissão de empenhos prévios e/ou reserva de dotações, podendo incorrer em saldos insuficientes quando da realização/empenhos das referidas despesas.

Atenciosamente,

Leomar A. Rotta
Contador
CRC Nº PR - 052743/O

Três Barras do Paraná/PR, 24 de janeiro de 2025.

De: Secretaria Municipal da Fazenda
Para: Departamento de Licitações

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais) está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária Municipal da Fazenda

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O Município de Três Barras do Paraná enfrenta a necessidade contínua de abastecimento de sua frota de veículos e equipamentos, essenciais para a prestação de serviços públicos. A frota atende diversas secretarias municipais, incluindo Educação, Saúde, Assistência Social, Obras e Serviços Urbanos, além de outras áreas administrativas.

1.2. A ausência de abastecimento regular impactaria diretamente a execução das atividades diárias e a eficiência dos serviços prestados à população.

1.3. Além disso, o Município não dispõe de instalações próprias e licenciadas para o armazenamento de combustíveis. Essa limitação operacional demanda a contratação de fornecedores locais devidamente licenciados, que possam atender prontamente às necessidades de abastecimento da frota, garantindo continuidade e qualidade nos serviços.

1.4. Dado o volume de consumo e a diversidade de veículos e equipamentos, é imprescindível que o fornecimento seja realizado de forma planejada e eficiente, minimizando interrupções e desperdícios. A contratação de uma empresa especializada permitirá atender às demandas específicas do Município, otimizando os recursos disponíveis.

1.5. A necessidade de abastecimento engloba veículos de transporte, máquinas pesadas e outros equipamentos utilizados em obras e serviços essenciais, como coleta de resíduos, manutenção de vias públicas e transporte de pacientes. Assim, a contratação visa assegurar o pleno funcionamento da frota e a continuidade dos serviços.

1.6. Por fim, a contratação busca atender os princípios da eficiência administrativa e da economicidade, estabelecidos pela legislação vigente, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável e transparente.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. A contratação está em consonância com o planejamento estratégico do Município, que prioriza a prestação de serviços públicos de qualidade, visando o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável. O abastecimento regular da frota é essencial para atingir as metas estabelecidas nos planos de governo e garantir a eficiência administrativa.

2.2. A manutenção da frota operacional está diretamente ligada à execução das políticas públicas municipais. Por exemplo, o transporte escolar depende do abastecimento

adequado para garantir o acesso de crianças às escolas, enquanto os veículos da saúde viabilizam o transporte de pacientes e medicamentos.

2.3. Essa contratação também reflete o compromisso do Município em cumprir os princípios constitucionais de continuidade do serviço público. Além disso, o fornecimento de combustíveis está alinhado com a busca por soluções que promovam a sustentabilidade fiscal e operacional da administração pública. A escolha de fornecedores locais devidamente licenciados contribuirá para a redução de custos logísticos e otimização dos recursos.

2.4. Por fim, o planejamento administrativo considera a importância de garantir a transparência e a legalidade nos processos de contratação. A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, respeitando os princípios da competitividade e da economicidade.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A contratação para o fornecimento de combustíveis deve observar requisitos fundamentais que garantam eficiência, segurança e economicidade ao Município de Três Barras do Paraná. Inicialmente, é indispensável que a empresa contratada possua instalações licenciadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), localizadas no território do Município, preferencialmente na sede, para facilitar a logística de abastecimento e reduzir custos operacionais.

3.2. Além disso, a empresa deve apresentar capacidade técnica comprovada, assegurando que suas instalações estejam aptas a realizar o abastecimento de veículos e equipamentos de diferentes portes. Isso inclui a disponibilidade de infraestrutura para atender máquinas pesadas e veículos transportados em pranchas, sem comprometer a segurança ou a eficiência do serviço prestado.

3.3. A qualidade do combustível fornecido deve estar em conformidade com as normas regulamentadas pela ANP, garantindo que os produtos sejam seguros e adequados para o uso nos veículos e equipamentos municipais. Para tanto, a empresa deverá apresentar certificações de qualidade e procedimentos que assegurem a rastreabilidade dos produtos entregues.

3.4. Outro aspecto essencial é a flexibilidade operacional da contratada. O abastecimento deve ser realizado diretamente nos tanques dos veículos ou equipamentos, ou em postos previamente designados, conforme a necessidade da administração. Essa flexibilidade

contribui para a continuidade das operações e minimiza atrasos ou interrupções nos serviços públicos.

3.5. Adicionalmente, a empresa contratada deverá garantir a transparência no processo de abastecimento e faturamento. Isso inclui a apresentação de documentação fiscal detalhada, especificando as quantidades entregues, valores praticados e descontos aplicados. A observância desses requisitos contribui para o controle interno e a eficiência administrativa.

3.6. Por fim, é necessário que a empresa demonstre comprometimento com o atendimento imediato de eventuais demandas emergenciais, como a substituição de produtos recusados ou ajustes nos horários de abastecimento. Essa capacidade de adaptação é crucial para assegurar a continuidade dos serviços essenciais à população e evitar prejuízos ao erário.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. As estimativas de contratação foram elaboradas com base no histórico de consumo da frota municipal, considerando a ampliação recente de veículos e o aumento das atividades operacionais em diversas áreas. A análise incluiu dados de abastecimento realizados no último exercício fiscal e a projeção para o próximo período, contemplando as demandas adicionais decorrentes do crescimento populacional e da expansão dos serviços públicos.

4.2. O município estima o consumo de combustíveis conforme a tabela especificada, totalizando R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais) em investimentos para aquisição de diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol. Esses valores foram calculados utilizando o preço médio semanal fornecido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como referência. Essa abordagem assegura uma estimativa realista e ajustada às condições de mercado.

4.3. A quantidade projetada também considera a necessidade de uma margem de segurança para atender situações emergenciais ou imprevistos. Tal margem é fundamental para evitar a interrupção dos serviços essenciais e assegurar a continuidade das atividades operacionais em momentos de maior demanda, como eventos climáticos adversos ou crises sanitárias.

4.4. Além disso, o consumo previsto foi desagregado por tipo de combustível, permitindo uma análise detalhada das demandas específicas de cada setor da administração. Essa metodologia ajuda a definir critérios de controle e monitoramento, essenciais para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

4.5. A estimativa reflete ainda o compromisso com a eficiência e a economicidade, uma vez que o processo licitatório busca garantir os melhores preços. Esse cálculo detalhado e fundamentado em dados reais é crucial para o planejamento orçamentário do município e para a gestão equilibrada dos recursos públicos.

4.6. Por fim, a administração municipal entende que o levantamento detalhado das quantidades, aliado ao processo de monitoramento contínuo do consumo, é indispensável para o sucesso da contratação. Essa abordagem previne desvios e contribui para a execução de um contrato sólido, alinhado às reais necessidades da frota municipal e da população atendida.

4.7. Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
01	LITROS	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	
02	LITROS	DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	
03	LITROS	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	
04	LITROS	ETANOL	R$ 40.000,00	
		VALOR TOTAL	**R$ 4.540.000,00**	

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE PREÇOS	DATA DA CONSULTA/REFERÊNCIA
01	DIESEL COMUM	**R$ 5,99**	12/01 A 18/01/2025
02	DIESEL S10	**R$ 6,12**	12/01 A 18/01/2025
03	GASOLINA COMUM	**R$ 6,30**	12/01 A 18/01/2025
04	ETANOL	**R$ 4,28**	12/01 A 18/01/2025

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

PARÂMETROS DE CONSULTA/REFERÊNCIA: Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. O levantamento de mercado identificou a existência de fornecedores licenciados pela ANP no território do Município de Três Barras do Paraná. Esses fornecedores apresentam capacidade técnica e operacional para atender às exigências do contrato, com disponibilidade de instalações e logística adequadas.

5.2. A análise considerou também os preços médios praticados na região, baseados nos levantamentos semanais da ANP. Esse parâmetro será utilizado como referência para garantir a competitividade e a equidade no processo licitatório.

5.3. Foi verificado que a oferta local de combustíveis atende às necessidades do Município, com pelo menos três fornecedores potenciais que cumprem os requisitos legais e operacionais. Essa competitividade contribuirá para a obtenção de propostas vantajosas e para a escolha do fornecedor mais adequado.

5.4. Além disso, o mercado apresenta capacidade de adaptação às demandas específicas do Município, permitindo ajustes logísticos e operacionais conforme a necessidade. Essa flexibilidade é essencial para assegurar a eficiência e a continuidade do fornecimento durante a vigência do contrato.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. A estimativa de custo total para a contratação de combustíveis foi estabelecida em R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais), com base nos preços médios divulgados pela ANP. Essa estimativa reflete a soma dos valores projetados para diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol, considerando o consumo histórico da frota e as demandas adicionais identificadas.

6.2. Os valores foram calculados a partir da média dos preços por litro, aplicando critérios de correção para possíveis variações sazonais e impactos econômicos. Essa abordagem garante maior precisão no planejamento financeiro e reduz o risco de desajustes orçamentários durante a execução do contrato.

6.3. A margem de segurança incluída na estimativa permite que o município esteja preparado para situações excepcionais, como aumento repentino da demanda ou flutuações nos preços de mercado. Essa reserva é essencial para evitar interrupções no fornecimento e garantir a continuidade dos serviços públicos em qualquer circunstância.

6.4. O uso dos preços médios da ANP como referência assegura que a estimativa esteja em conformidade com a realidade do mercado, oferecendo transparência ao processo de

contratação. Essa prática também facilita a comparação de propostas durante a licitação, promovendo maior competitividade e eficiência.

6.5. A administração municipal priorizou a estimativa detalhada como instrumento de controle e planejamento. Ao prever os custos com base em dados concretos, o município reforça seu compromisso com a boa gestão dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios de eficiência e economicidade previstos na legislação.

6.6. Por fim, a estimativa serve como parâmetro para a elaboração do edital e para o acompanhamento da execução contratual. Essa previsibilidade é fundamental para a tomada de decisões estratégicas e para a adaptação a possíveis mudanças no cenário econômico ao longo da vigência do contrato.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A solução proposta envolve a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para atender a frota de veículos e equipamentos do Município de Três Barras do Paraná. Essa abordagem é a mais viável, considerando as necessidades operacionais e a ausência de infraestrutura municipal própria para armazenamento de combustíveis. A terceirização desse serviço garante agilidade, qualidade e segurança no abastecimento.

7.2. A solução contempla a aquisição de diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol, considerando o consumo estimado das atividades diárias. Para isso, a contratação será realizada mediante processo licitatório, garantindo a competitividade entre os fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Essa metodologia assegura transparência e aderência aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

7.3. Outro ponto essencial da solução é a localização estratégica dos postos de abastecimento. Exige-se que as instalações estejam no território do município, preferencialmente na sede, de modo a reduzir custos logísticos e evitar deslocamentos desnecessários. Essa proximidade contribui para a eficiência das operações e minimiza o impacto ambiental, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade da administração pública.

7.4. A solução também inclui o monitoramento e controle rigorosos do abastecimento por meio de autorizações formais e relatórios detalhados emitidos pela empresa fornecedora. Esses documentos serão utilizados para auditorias internas e externas, garantindo o uso

adequado dos recursos e prevenindo desvios ou desperdícios. Essa medida é fundamental para a governança eficiente dos contratos.

7.5. Adicionalmente, o contrato contará com cláusulas específicas para assegurar a qualidade dos combustíveis fornecidos. A empresa contratada deverá garantir a conformidade com as normas técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como a substituição imediata de produtos que não atendam aos padrões exigidos. Isso protege a frota municipal contra danos e mantém a eficiência operacional.

7.6. A proposta, ao integrar aspectos logísticos, técnicos e econômicos, configura-se como a solução mais adequada para atender às necessidades do município. Ela garante a continuidade dos serviços públicos, promove a eficiência administrativa e fortalece o compromisso da gestão com a qualidade de vida da população.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. A contratação deverá ser realizada de forma única, contemplando todos os itens em um único processo licitatório. Essa abordagem é justificada pela necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento de combustíveis e pela integração das demandas das diferentes secretarias municipais.

8.2. O parcelamento poderia causar dificuldades operacionais, incluindo a necessidade de gerenciar múltiplos contratos e fornecedores, além de comprometer a economicidade do processo. A unificação do contrato proporciona maior controle administrativo e facilita o monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais.

8.3. No entanto, o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades de consumo de cada secretaria. Essa abordagem assegura que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente, evitando desperdícios e permitindo ajustes de acordo com as demandas reais.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. A contratação de fornecimento de combustíveis busca garantir resultados concretos, como a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais do município. Entre os principais resultados esperados está a manutenção da frota municipal em pleno

funcionamento, assegurando que as atividades operacionais não sejam interrompidas por falta de abastecimento.

9.2. Outro resultado esperado é a melhoria na gestão orçamentária, com a obtenção de combustíveis a preços competitivos. A licitação proporciona economia para o município, permitindo o redirecionamento de recursos para outras áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura. A previsibilidade dos gastos também facilita o planejamento financeiro da administração pública.

9.3. Espera-se, ainda, um impacto positivo na eficiência das operações municipais. Com o abastecimento regular, os veículos e equipamentos estarão sempre prontos para atender às demandas da população. Isso resulta em maior produtividade e redução de atrasos em serviços como transporte escolar, coleta de resíduos e manutenção de vias públicas.

9.4. O contrato também pretende aprimorar o controle e a transparência na utilização dos combustíveis. O sistema de autorizações formais e relatórios detalhados permitirá o acompanhamento rigoroso do consumo, prevenindo desperdícios e garantindo a aplicação responsável dos recursos públicos. Esse controle reforça a credibilidade da gestão municipal.

9.5. Outro benefício é a padronização da qualidade dos combustíveis fornecidos. O cumprimento das normas técnicas estabelecidas assegura o bom desempenho dos veículos e reduz a necessidade de manutenção corretiva, prolongando a vida útil da frota municipal. Essa medida contribui para a eficiência operacional e a sustentabilidade da gestão.

9.6. Por fim, a contratação pretende alinhar-se aos princípios da economicidade, eficiência e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Esses resultados fortalecem a gestão pública, promovem o bem-estar da população e consolidam o compromisso do município com a excelência no atendimento às demandas sociais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A administração municipal deverá adotar uma série de providências para viabilizar a contratação do fornecimento de combustíveis e garantir a execução eficiente do contrato. O primeiro passo é a realização de um planejamento detalhado do processo licitatório, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021. Esse planejamento deve incluir a definição clara do objeto, dos critérios de julgamento e das especificações técnicas que assegurem a competitividade e a eficiência na seleção do fornecedor.

10.2. É necessário elaborar o edital de licitação com base nos estudos técnicos e levantamentos realizados, garantindo que todos os requisitos administrativos, técnicos e legais sejam incluídos. O edital deve conter critérios que assegurem a qualidade dos combustíveis, o cumprimento dos prazos e a localização estratégica dos postos de abastecimento. A clareza e a precisão nas condições contratuais são fundamentais para atrair fornecedores qualificados e evitar futuras controvérsias.

10.3. Além disso, a administração deve constituir uma comissão de licitação capacitada para conduzir o processo com transparência e isenção. Essa equipe será responsável pela análise das propostas, avaliação de conformidade com o edital e seleção da oferta mais vantajosa para o município. É essencial que a comissão observe rigorosamente os princípios de legalidade, moralidade e eficiência durante todo o processo.

10.4. Outro aspecto crucial é o estabelecimento de mecanismos de controle e fiscalização durante a execução do contrato. A administração deve designar servidores responsáveis por monitorar o consumo de combustíveis, verificar a qualidade do produto entregue e garantir que todas as obrigações contratuais sejam cumpridas pela empresa contratada. A adoção de sistemas informatizados para registro e controle pode aprimorar significativamente esse acompanhamento.

10.5. Também será necessário realizar reuniões regulares com a empresa vencedora para alinhar expectativas, resolver eventuais problemas e avaliar o desempenho do contrato. Essa comunicação constante é essencial para prevenir falhas e assegurar que o fornecimento atenda às necessidades do município de forma contínua e eficiente.

10.6. Por fim, a administração deve garantir que todas as informações relativas ao processo licitatório e à execução do contrato sejam amplamente divulgadas, promovendo a transparência e a participação cidadã. Essas providências fortalecem a confiança da população na gestão pública e asseguram que os recursos sejam aplicados de forma responsável e alinhada aos interesses da sociedade.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. O fornecimento de materiais de expediente possui interdependência com outras contratações voltadas para a manutenção das atividades administrativas, como aquisições de equipamentos de informática e móveis. A integração entre essas contratações é essencial para garantir a operacionalidade completa dos órgãos municipais.

11.2. Além disso, há correlação direta com contratos de serviços logísticos, uma vez que a entrega e distribuição dos materiais exigem organização e transporte adequados. Garantir a compatibilidade entre os cronogramas de entrega é fundamental para evitar atrasos e sobrecarga nos almoxarifados municipais.

11.3. Outro ponto de interdependência está relacionado a programas específicos da administração, como campanhas educacionais ou eventos culturais, que frequentemente demandam materiais de expediente. Planejar essas aquisições em conjunto garante economia de escala e atendimento eficaz das demandas.

11.4. Por fim, é importante mencionar a interface com contratos de gestão ambiental, visando o correto descarte dos resíduos gerados pelo uso dos materiais de expediente, contribuindo para práticas mais sustentáveis.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Utilização de combustíveis fósseis, como diesel e gasolina, gera impactos ambientais significativos, incluindo a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e a poluição atmosférica. Esses impactos são especialmente preocupantes em municípios como Três Barras do Paraná, onde a frota municipal desempenha atividades constantes e de grande alcance territorial. A administração deve estar atenta a essas questões e buscar mitigar os efeitos negativos.

12.2. Um dos principais impactos está relacionado às emissões de dióxido de carbono (CO2), monóxido de carbono (CO) e óxidos de nitrogênio (NOx), que contribuem para o aquecimento global e afetam a qualidade do ar. Esses gases são liberados durante a queima de combustíveis e podem comprometer a saúde da população, principalmente em áreas urbanas mais densas.

12.3. Outro aspecto ambiental relevante é o risco de contaminação do solo e das águas subterrâneas em caso de vazamentos nos tanques de armazenamento ou nos veículos durante o abastecimento. Essa contaminação pode causar danos ao ecossistema local, exigindo medidas preventivas rigorosas por parte do fornecedor e da administração pública.

12.4. O transporte e a distribuição dos combustíveis também podem gerar impactos indiretos, como o aumento da pegada de carbono associada ao deslocamento de caminhões-tanque. Reduzir essas emissões exige planejamento logístico eficiente e a priorização de

fornecedores localizados no próprio município, minimizando a necessidade de deslocamentos longos.

12.5. Para mitigar os impactos ambientais, a administração deve exigir que o fornecedor cumpra rigorosamente as normas ambientais, como o descarte adequado de resíduos e a manutenção preventiva dos equipamentos utilizados no abastecimento. Também é importante incentivar o uso de combustíveis com menor impacto ambiental, como o diesel S10, que possui menor teor de enxofre.

12.6. Por fim, é fundamental que o município implemente políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, como o incentivo ao uso de tecnologias mais limpas e a renovação da frota com veículos menos poluentes. Essas ações contribuem para reduzir os impactos ambientais e alinham a administração pública aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis é uma medida essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos do município de Três Barras do Paraná. A análise técnica e econômica demonstra que essa solução é a mais viável, considerando as necessidades operacionais da frota municipal e os benefícios para a administração pública e a população.

13.2. A centralização do fornecimento em um único contrato promove maior eficiência, transparência e controle sobre os recursos públicos. Essa abordagem reduz os custos operacionais e assegura a padronização na qualidade dos combustíveis, prevenindo danos à frota e maximizando a durabilidade dos veículos e equipamentos municipais.

13.3. Além disso, a contratação reflete o compromisso da administração com a economicidade e a sustentabilidade. A utilização de preços de referência da ANP garante que os valores contratados estejam alinhados às condições de mercado, enquanto a fiscalização rigorosa previne desperdícios e desvios, promovendo a aplicação responsável dos recursos.

13.4. A proposta também está alinhada às diretrizes legais e ao planejamento estratégico municipal, garantindo que as atividades essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, sejam realizadas sem interrupções. Isso fortalece a confiança da população na gestão pública e assegura a melhoria contínua da qualidade de vida no município.

13.5. Embora o fornecimento de combustíveis tenha impactos ambientais, a adoção de medidas mitigadoras e a implementação de políticas sustentáveis podem reduzir significativamente esses efeitos. A administração deve continuar promovendo ações voltadas para a sustentabilidade, integrando a eficiência operacional com a preservação ambiental.

13.6. Conclui-se, portanto, que a contratação é indispensável para o pleno funcionamento dos serviços públicos municipais. Ela representa uma solução estratégica e responsável, que atende às demandas da população e contribui para o desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente equilibrado de Três Barras do Paraná.

Três Barras do Paraná, 24 de janeiro de 2025.

CLEBESON BORDIM
Secretário de Administração e Planejamento

DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação

VALDENIR RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANIEL HAWERROTH
Secretário Municipal de Cultura

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A estimativa de consumo foi elaborada com base nos registros de abastecimento realizados nos últimos 12 meses, acrescida das demandas projetadas para o próximo exercício. O estudo incluiu a análise detalhada do consumo médio por veículo e equipamento, levando em conta a frequência de uso e a ampliação das atividades operacionais.

2.2. O valor total estimado para a contratação é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais). Esse montante foi calculado com base nos preços médios semanais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com referência no município de Cascavel/PR, no período de 12/01/2025 a 18/01/2025.

2.3. A metodologia utilizada para estimar os valores incluiu a aplicação de percentuais de desconto sobre os preços médios da ANP. Esse critério visa assegurar a competitividade do processo licitatório e a obtenção da melhor proposta para o município, considerando as condições reais de mercado.

2.4. A administração municipal estabeleceu como parâmetro de julgamento o maior percentual de desconto sobre o valor unitário do litro de combustível. Essa abordagem incentiva a concorrência entre os fornecedores e promove a economicidade na utilização dos recursos públicos.

2.5. Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
01	LITROS	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	
02	LITROS	DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	
03	LITROS	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	
04	LITROS	ETANOL	R$ 40.000,00	
		VALOR TOTAL	**R$ 4.540.000,00**	

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE PREÇOS	DATA DA CONSULTA/REFERÊNCIA
01	DIESEL COMUM	**R$ 5,99**	**12/01 A 18/01/2025**
02	DIESEL S10	**R$ 6,12**	**12/01 A 18/01/2025**
03	GASOLINA COMUM	**R$ 6,30**	**12/01 A 18/01/2025**
04	ETANOL	**R$ 4,28**	**12/01 A 18/01/2025**

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

PARÂMETROS DE CONSULTA/REFERÊNCIA: Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e manutenção urbana. Esses serviços dependem diretamente da mobilidade proporcionada pela frota municipal, cujo abastecimento contínuo é indispensável.

3.2. A ausência de abastecimento regular comprometeria significativamente a execução das atividades diárias das secretarias, causando prejuízos à população. Por exemplo, a interrupção no transporte escolar afetaria o acesso das crianças à educação, enquanto a falta de combustível nos veículos de saúde dificultaria o atendimento de emergências.

3.3. Além disso, o município não dispõe de instalações próprias para armazenamento de combustíveis, o que torna inviável a autogestão desse recurso. A contratação de fornecedores locais devidamente licenciados é a solução mais eficiente e segura para atender à demanda.

3.4. A escolha do modelo de fornecimento direto em postos locais reduz custos logísticos e minimiza os impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. Essa estratégia

também promove o desenvolvimento econômico local, ao incentivar a participação de fornecedores instalados no território do município.

3.5. A fundamentação legal da contratação está respaldada na Lei nº 14.133/2021, que estabelece os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. O processo licitatório assegura a transparência e a competitividade, proporcionando maior segurança jurídica à administração municipal.

3.6. Por fim, a contratação está alinhada ao planejamento estratégico do município, que prioriza a prestação de serviços públicos de qualidade e a sustentabilidade fiscal. A medida contribui para a gestão responsável dos recursos públicos e para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços de abastecimento deverão ser realizados em postos licenciados localizados no território do município de Três Barras do Paraná, preferencialmente na sede do município. Essa exigência visa garantir a agilidade no abastecimento e a redução de custos com deslocamentos desnecessários.

4.2. Os postos contratados deverão estar devidamente instalados e licenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), atendendo a todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis. Essa condição é indispensável para assegurar a qualidade e a segurança dos combustíveis fornecidos.

4.3. As instalações devem ser adequadas para recepcionar veículos de diferentes portes, incluindo máquinas pesadas e equipamentos transportados em pranchas. Essa flexibilidade operacional é essencial para atender à diversidade da frota municipal e garantir a eficiência do abastecimento.

4.4. O atendimento deverá ocorrer em horários compatíveis com as necessidades das secretarias municipais, permitindo o abastecimento durante e fora do horário comercial, conforme demanda específica. Essa disponibilidade contribui para a continuidade das operações e minimiza interrupções nos serviços públicos.

4.5. Os postos deverão emitir documentos fiscais detalhados a cada abastecimento, especificando a quantidade e o tipo de combustível fornecido, bem como os dados do veículo e do motorista responsável. Esses registros serão utilizados para controle interno e auditorias, garantindo maior transparência e confiabilidade.

4.6. Por fim, os fornecedores deverão estar preparados para atender a demandas emergenciais, ajustando o atendimento conforme a necessidade da administração. Essa capacidade de

adaptação é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços em situações excepcionais, como desastres naturais ou crises sanitárias.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta para atender à demanda do município de Três Barras do Paraná consiste na contratação de uma empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contemplando diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol. Essa abordagem assegura a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, uma vez que a frota municipal depende diretamente do abastecimento regular para realizar suas atividades.

6.2. A aquisição será realizada por meio de processo licitatório, promovendo a competitividade entre os fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O critério de julgamento será o maior percentual de desconto aplicado sobre os preços médios de referência divulgados pela ANP.

6.3. A solução inclui a execução do abastecimento diretamente nos postos licenciados localizados no município. Isso reduz os custos logísticos e aumenta a eficiência operacional, permitindo que os veículos e equipamentos estejam disponíveis para atender às demandas da população de forma ágil e segura.

6.4. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível fornecido, em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, será exigido que os postos possuam infraestrutura adequada para atender a diversidade da frota municipal.

6.5. Para assegurar a transparência e o controle do processo, será adotado um sistema de registro detalhado das operações de abastecimento. A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo informações como quantidades abastecidas, valores aplicados e identificação dos veículos e motoristas atendidos.

6.6. Por fim, a solução proposta contribui para a sustentabilidade fiscal e ambiental, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. A administração municipal seguirá monitorando e avaliando a execução contratual para garantir que os objetivos sejam alcançados de forma plena.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná. A documentação comprobatória será exigida durante o processo licitatório.

7.2. Os postos de abastecimento deverão estar devidamente instalados e equipados para atender à diversidade de veículos e equipamentos da frota municipal. Isso inclui infraestrutura para recepção de veículos de grande porte, como máquinas pesadas transportadas em pranchas.

7.3. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustíveis de qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, assegurando que os produtos sejam apropriados para o uso nos veículos e equipamentos municipais. Será exigida a apresentação de laudos técnicos e certificados de qualidade emitidos por órgãos competentes.

7.4. O atendimento deverá ser realizado de forma contínua e eficiente, com flexibilidade para ajustar o fornecimento às demandas emergenciais da administração municipal. A contratada deverá dispor de mecanismos que permitam a reposição imediata em caso de problemas operacionais.

7.5. A empresa deverá disponibilizar relatórios detalhados sobre as operações de abastecimento realizadas, contendo informações como quantidades fornecidas, veículos atendidos, valores aplicados e eventuais descontos concedidos.

7.6. Por fim, será exigido que a contratada mantenha comunicação constante com a administração municipal, informando quaisquer alterações no fornecimento e garantindo o alinhamento com as expectativas e necessidades do município.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços semelhantes ao objeto desta contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação clara do objeto, prazo de execução e qualidade dos serviços prestados.

8.2. Será exigida a comprovação de que a empresa possui infraestrutura adequada e licenciada para operar no fornecimento de combustíveis, incluindo postos de abastecimento localizados no município de Três Barras do Paraná.

8.3. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná.

8.4. Além disso, será necessário comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, mediante apresentação de certidões atualizadas emitidas pelos órgãos competentes. Essa exigência visa assegurar a idoneidade da contratada e sua conformidade com as normas legais.

8.5. Por fim, será exigida a apresentação de certificação ambiental, caso disponível, como forma de comprovar o compromisso da empresa com a sustentabilidade e a redução dos impactos ambientais associados ao fornecimento de combustíveis.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto prevê a contratação de uma empresa especializada, responsável pelo fornecimento contínuo de combustíveis para a frota municipal, mediante solicitações realizadas pelas secretarias responsáveis. O abastecimento será realizado diretamente nos postos credenciados.

9.2. Cada secretaria municipal emitirá autorizações formais para o abastecimento, contendo informações detalhadas sobre os veículos e equipamentos a serem atendidos, bem como os quantitativos autorizados. Essas autorizações deverão ser apresentadas nos postos no momento do abastecimento.

9.3. A empresa contratada deverá manter registros eletrônicos das operações realizadas, com detalhamento das informações de cada abastecimento. Esses registros serão enviados periodicamente à administração municipal para fins de controle e auditoria.

9.4. A execução contratual será monitorada por fiscais designados pela administração municipal, que terão a responsabilidade de verificar a conformidade das operações realizadas com os termos pactuados no contrato. Eventuais não conformidades serão registradas e deverão ser corrigidas pela contratada.

9.5. O fornecimento deverá ser realizado em conformidade com os preços médios divulgados pela ANP, aplicando-se os descontos oferecidos pela contratada durante o processo licitatório. Qualquer alteração nos preços deverá ser devidamente comunicada e justificada.

9.6. Por fim, o modelo de execução contempla cláusulas específicas para garantir a qualidade do combustível fornecido, a segurança das operações e a continuidade do abastecimento em situações emergenciais, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão pública.

9.7. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.7.1. A não divisão de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no processo de contratação de fornecimento de combustível para a frota do município de Três Barras do Paraná fundamenta-se na preservação da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

9.7.2. Embora o item em questão possua estimativa superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o fracionamento ou destinação exclusiva a ME e EPP pode resultar em prejuízos ao objeto contratado, considerando os seguintes aspectos:

9.7.3. O fornecimento de combustível requer disponibilidade contínua, logística adequada e atendimento imediato às demandas da frota municipal. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores pode comprometer a padronização no atendimento, aumentar custos operacionais e gerar riscos de desabastecimento.

9.7.4. O fornecimento de combustíveis frequentemente demanda infraestrutura robusta, como estoques suficientes, sistemas de controle e logística ágil, requisitos que podem ser limitados para empresas de menor porte. A contratação de empresas sem essas capacidades pode comprometer a qualidade do serviço.

9.7.5. A destinação exclusiva a ME e EPP poderia restringir a competitividade do certame, aumentando os custos e contrariando o princípio da economicidade previsto na administração pública.

9.7.6. A continuidade e a eficiência no fornecimento de combustíveis são essenciais para o funcionamento de serviços públicos essenciais, como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos e atendimento de emergências. O fracionamento do contrato pode representar risco ao atendimento pleno dessas necessidades.

9.7.7. Diante disso, a não adoção de cotas neste processo visa assegurar a eficiência, economicidade e segurança no atendimento às necessidades do município, preservando o interesse público e garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos correspondentes as Ordens de Serviços emitidas.

10.5. As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA, tipo avaliação MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO UNITÁRIO.**

11.2. O percentual de desconto deverá ser aplicado sobre **TABELA DE PREÇOS ANP.**

11.3. A disputa ocorrerá de forma unitária.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. Os preços praticados durante a execução do contrato deverão ser baseados nos valores médios divulgados semanalmente pela ANP para o município de Cascavel/PR, com aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada. Esse mecanismo garante que os valores estejam alinhados às condições reais de mercado.

10.2. A estimativa de contratação foi elaborada considerando o consumo histórico da frota municipal e as demandas adicionais projetadas para o próximo período. O valor total estimado para o fornecimento é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais).

10.3. A administração municipal adotará medidas rigorosas para o controle dos preços praticados, verificando periodicamente a conformidade com os valores médios divulgados pela ANP e os descontos acordados no contrato. Qualquer discrepância será objeto de análise e correção.

10.4. O contrato incluirá cláusulas que prevejam a revisão de preços em casos excepcionais, como alterações significativas nos custos de produção e distribuição de combustíveis. Essas revisões deverão ser devidamente justificadas e aprovadas pela administração municipal.

10.5. Além disso, a administração municipal deverá manter registros detalhados das despesas realizadas com o fornecimento de combustíveis, permitindo a análise e o acompanhamento da execução contratual. Esses registros serão utilizados para subsidiar o planejamento orçamentário e a gestão dos recursos públicos.

10.6. Por fim, a estimativa de contratação reflete o compromisso da administração com a eficiência e a transparência na gestão pública, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma responsável e alinhada aos interesses da população.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00
b) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00
c) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00
d) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00
e) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00
f) 04.02.04.123.000.4.2.008.000.3.3.90.30.00
g) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00
h) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00
i) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00
j) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00
k) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00
l) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00
m) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00
n) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00
o) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00
p) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00
q) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00
r) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00
s) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00
t) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00
u) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00
v) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00
w) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00

x) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00

y) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00

z) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00

aa) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00

bb) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O fornecimento de combustíveis deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, garantindo que a frota municipal esteja plenamente operacional desde o início da vigência contratual.

14.2. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustível em seus postos durante todo o período de vigência do contrato, atendendo às solicitações de abastecimento emitidas pelas secretarias municipais de forma contínua e ininterrupta.

14.3. Em situações emergenciais, a contratada deverá estar preparada para atender às demandas adicionais em prazo reduzido, assegurando que os serviços públicos, tanto em horários comerciais, quanto fora de horário.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

e) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

f) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que

forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a **responsabilidade única, integral e exclusiva** da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da **respectiva contratação, às implicações próximas** e remotas perante o Município ou perante terceiros, **do mesmo modo que a ocorrência** de irregularidade decorrentes da execução contratual **não implica em** corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, **ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades** previstas, proceder ao ressarcimento imediato **dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.**

Três Barras do Paraná, **27 de janeiro de 2025.**

CLEBERSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Eliza Bortolanza

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Ação Social

DANIEL HAWERROTH
Secretário Municipal de Cultura

Débora N. P. Vidor

DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, aprovo o Termo de Referência nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2025 – XX:XX horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - Sobre tabela ANP

MODO DE DISPUTA: UNITÁRIO - ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - APLICADO SOBRE TABELA ANP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° **78.121.936/0001-68**, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, disputa **UNITÁRIA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO aplicado sobre tabela ANP**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **XXHXXM HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00
b) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00
c) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00
d) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00
e) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00
f) 04.02.04.123.000.4.2.008.000.3.3.90.30.00
g) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00
h) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00
i) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00
j) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00
k) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00
l) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00
m) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00
n) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00
o) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00
p) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00
q) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00
r) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00
s) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00
t) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00
u) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00
v) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00

w) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00

x) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00

y) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00

z) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00

aa) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00

bb) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. Justifica-se a **NÃO REALIZAÇÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** pelo fato de que, a exclusividade apesar do item que foi estimado acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5.5.2. Embora que a exclusividade ou a reserva de cotas é amparada na Lei Complementar Nº 123/2006, conforme estabelece o artigo 48, temos ainda que a Lei visa ampliar a participação das empresas menores (ME/EPP) nas contratações públicas, essa condição não deve ser elevada acima do interesse público. Nessa visão, é importante analisar os princípios licitatórios da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando a proposta mais vantajosa para a administração.

5.5.3. Visto que o objeto se trata de combustíveis, não será possível aplicar a exclusividade, pois, conforme subitem 5.5.1. deste Edital, o certame poderá representar prejuízos ao erário, além da necessidade de repetição de novos certames para os itens fracassados. A obrigatoriedade na exclusividade é atenuada na própria LC Nº 123/2006, mais precisamente no seu artigo 49, onde o dispositivo prevê a possibilidade da não aplicação, ou seja, "não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado".

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR ITEM**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - APLICADO SOBRE TABELA ANP** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).*

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s), sendo:

12.9.2. Comprovação que possui **Registro de Revendedor Varejista na Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP** para os itens cotados.

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP),** acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico,

em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

19.6. As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual, conforme item 10.5. do Termo de Referência.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora deverá entregar os combustíveis de acordo com as necessidades de consumo da administração pública municipal, **sendo de forma parcelada diretamente no tanque do veículo e/ou equipamento, podendo ser no horário comercial, quanto fora de expediente para casos emergenciais.**

21.1.1. Para os casos emergenciais, a Administração Pública Municipal deverá comunicar o licitante, com **antecedência de 15 (quinze) minutos**, para que promova o abastecimento necessário.

21.1.2. Os locais de abastecimentos deverão estar localizados nas dependências do Município de Três Barras do Paraná, preferencialmente na sede do Município, devendo estar na época da contratação, devidamente instalado e licenciado e apto para recepcionar e realizar abastecimentos em veículos/equipamentos próprios e locados da Administração Municipal.

21.2. A vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

21.3. O prazo previsto no subitem **21.2** poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 4.540.000,00** (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º

deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, exclusivamente protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

e) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

f) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os

seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF Nº 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF Nº 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da

licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente **é o da Comarca da** cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado **que seja.**

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Aquisição de **Combustíveis.**

Três Barras do Paraná, **XX de XXXX de 2025**

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A estimativa de consumo foi elaborada com base nos registros de abastecimento realizados nos últimos 12 meses, acrescida das demandas projetadas para o próximo exercício. O estudo incluiu a análise detalhada do consumo médio por veículo e equipamento, levando em conta a frequência de uso e a ampliação das atividades operacionais.

2.2. O valor total estimado para a contratação é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais). Esse montante foi calculado com base nos preços médios semanais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com referência no município de Cascavel/PR, no período de 12/01/2025 a 18/01/2025.

2.3. A metodologia utilizada para estimar os valores incluiu a aplicação de percentuais de desconto sobre os preços médios da ANP. Esse critério visa assegurar a competitividade do processo licitatório e a obtenção da melhor proposta para o município, considerando as condições reais de mercado.

2.4. A administração municipal estabeleceu como parâmetro de julgamento o maior percentual de desconto sobre o valor unitário do litro de combustível. Essa abordagem incentiva a concorrência entre os fornecedores e promove a economicidade na utilização dos recursos públicos.

2.5. Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
01	LITROS	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	
02	LITROS	DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	
03	LITROS	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	
04	LITROS	ETANOL	R$ 40.000,00	
		VALOR TOTAL	**R$ 4.540.000,00**	

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE PREÇOS	DATA DA CONSULTA/REFERÊNCIA
01	DIESEL COMUM	R$ 5,99	12/01 A 18/01/2025
02	DIESEL S10	R$ 6,12	12/01 A 18/01/2025
03	GASOLINA COMUM	R$ 6,30	12/01 A 18/01/2025
04	ETANOL	R$ 4,28	12/01 A 18/01/2025

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

PARÂMETROS DE CONSULTA/REFERÊNCIA: Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e manutenção urbana. Esses serviços dependem diretamente da mobilidade proporcionada pela frota municipal, cujo abastecimento contínuo é indispensável.

3.2. A ausência de abastecimento regular comprometeria significativamente a execução das atividades diárias das secretarias, causando prejuízos à população. Por exemplo, a interrupção no transporte escolar afetaria o acesso das crianças à educação, enquanto a falta de combustível nos veículos de saúde dificultaria o atendimento de emergências.

3.3. Além disso, o município não dispõe de instalações próprias para armazenamento de combustíveis, o que torna inviável a autogestão desse recurso. A contratação de fornecedores locais devidamente licenciados é a solução mais eficiente e segura para atender à demanda.

3.4. A escolha do modelo de fornecimento direto em postos locais reduz custos logísticos e minimiza os impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. Essa estratégia também promove o desenvolvimento econômico local, ao incentivar a participação de fornecedores instalados no território do município.

3.5. A fundamentação legal da contratação está respaldada na Lei nº 14.133/2021, que estabelece os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. O processo

licitatório assegura a transparência e a competitividade, proporcionando maior segurança jurídica à administração municipal.

3.6. Por fim, a contratação está alinhada ao planejamento estratégico do município, que prioriza a prestação de serviços públicos de qualidade e a sustentabilidade fiscal. A medida contribui para a gestão responsável dos recursos públicos e para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços de abastecimento deverão ser realizados em postos licenciados localizados no território do município de Três Barras do Paraná, preferencialmente na sede do município. Essa exigência visa garantir a agilidade no abastecimento e a redução de custos com deslocamentos desnecessários.

4.2. Os postos contratados deverão estar devidamente instalados e licenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), atendendo a todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis. Essa condição é indispensável para assegurar a qualidade e a segurança dos combustíveis fornecidos.

4.3. As instalações devem ser adequadas para recepcionar veículos de diferentes portes, incluindo máquinas pesadas e equipamentos transportados em pranchas. Essa flexibilidade operacional é essencial para atender à diversidade da frota municipal e garantir a eficiência do abastecimento.

4.4. O atendimento deverá ocorrer em horários compatíveis com as necessidades das secretarias municipais, permitindo o abastecimento durante e fora do horário comercial, conforme demanda específica. Essa disponibilidade contribui para a continuidade das operações e minimiza interrupções nos serviços públicos.

4.5. Os postos deverão emitir documentos fiscais detalhados a cada abastecimento, especificando a quantidade e o tipo de combustível fornecido, bem como os dados do veículo e do motorista responsável. Esses registros serão utilizados para controle interno e auditorias, garantindo maior transparência e confiabilidade.

4.6. Por fim, os fornecedores deverão estar preparados para atender a demandas emergenciais, ajustando o atendimento conforme a necessidade da administração. Essa capacidade de adaptação é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços em situações excepcionais, como desastres naturais ou crises sanitárias.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta para atender à demanda do município de Três Barras do Paraná consiste na contratação de uma empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contemplando diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol. Essa abordagem assegura a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, uma vez que a frota municipal depende diretamente do abastecimento regular para realizar suas atividades.

6.2. A aquisição será realizada por meio de processo licitatório, promovendo a competitividade entre os fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O critério de julgamento será o maior percentual de desconto aplicado sobre os preços médios de referência divulgados pela ANP.

6.3. A solução inclui a execução do abastecimento diretamente nos postos licenciados localizados no município. Isso reduz os custos logísticos e aumenta a eficiência operacional, permitindo que os veículos e equipamentos estejam disponíveis para atender às demandas da população de forma ágil e segura.

6.4. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível fornecido, em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, será exigido que os postos possuam infraestrutura adequada para atender a diversidade da frota municipal.

6.5. Para assegurar a transparência e o controle do processo, será adotado um sistema de registro detalhado das operações de abastecimento. A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo informações como quantidades abastecidas, valores aplicados e identificação dos veículos e motoristas atendidos.

6.6. Por fim, a solução proposta contribui para a sustentabilidade fiscal e ambiental, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. A administração municipal seguirá monitorando e avaliando a execução contratual para garantir que os objetivos sejam alcançados de forma plena.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná. A documentação comprobatória será exigida durante o processo licitatório.

7.2. Os postos de abastecimento deverão estar devidamente instalados e equipados para atender à diversidade de veículos e equipamentos da frota municipal. Isso inclui infraestrutura para recepção de veículos de grande porte, como máquinas pesadas transportadas em pranchas.

7.3. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustíveis de qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, assegurando que os produtos sejam apropriados para o uso nos veículos e equipamentos municipais. Será exigida a apresentação de laudos técnicos e certificados de qualidade emitidos por órgãos competentes.

7.4. O atendimento deverá ser realizado de forma contínua e eficiente, com flexibilidade para ajustar o fornecimento às demandas emergenciais da administração municipal. A contratada deverá dispor de mecanismos que permitam a reposição imediata em caso de problemas operacionais.

7.5. A empresa deverá disponibilizar relatórios detalhados sobre as operações de abastecimento realizadas, contendo informações como quantidades fornecidas, veículos atendidos, valores aplicados e eventuais descontos concedidos.

7.6. Por fim, será exigido que a contratada mantenha comunicação constante com a administração municipal, informando quaisquer alterações no fornecimento e garantindo o alinhamento com as expectativas e necessidades do município.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços semelhantes ao objeto desta contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação clara do objeto, prazo de execução e qualidade dos serviços prestados.

8.2. Será exigida a comprovação de que a empresa possui infraestrutura adequada e licenciada para operar no fornecimento de combustíveis, incluindo postos de abastecimento localizados no município de Três Barras do Paraná.

8.3. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná.

8.4. Além disso, será necessário comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, mediante apresentação de certidões atualizadas emitidas pelos órgãos competentes. Essa exigência visa assegurar a idoneidade da contratada e sua conformidade com as normas legais.

8.5. Por fim, será exigida a apresentação de certificação ambiental, caso disponível, como forma de comprovar o compromisso da empresa com a sustentabilidade e a redução dos impactos ambientais associados ao fornecimento de combustíveis.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto prevê a contratação de uma empresa especializada, responsável pelo fornecimento contínuo de combustíveis para a frota municipal, mediante solicitações realizadas pelas secretarias responsáveis. O abastecimento será realizado diretamente nos postos credenciados.

9.2. Cada secretaria municipal emitirá autorizações formais para o abastecimento, contendo informações detalhadas sobre os veículos e equipamentos a serem atendidos, bem como os quantitativos autorizados. Essas autorizações deverão ser apresentadas nos postos no momento do abastecimento.

9.3. A empresa contratada deverá manter registros eletrônicos das operações realizadas, com detalhamento das informações de cada abastecimento. Esses registros serão enviados periodicamente à administração municipal para fins de controle e auditoria.

9.4. A execução contratual será monitorada por fiscais designados pela administração municipal, que terão a responsabilidade de verificar a conformidade das operações realizadas com os termos pactuados no contrato. Eventuais não conformidades serão registradas e deverão ser corrigidas pela contratada.

9.5. O fornecimento deverá ser realizado em conformidade com os preços médios divulgados pela ANP, aplicando-se os descontos oferecidos pela contratada durante o processo licitatório. Qualquer alteração nos preços deverá ser devidamente comunicada e justificada.

9.6. Por fim, o modelo de execução contempla cláusulas específicas para garantir a qualidade do combustível fornecido, a segurança das operações e a continuidade do abastecimento em situações emergenciais, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão pública.

9.7. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.7.1. A não divisão de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no processo de contratação de fornecimento de combustível para a frota do município de Três Barras do Paraná fundamenta-se na preservação da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

9.7.2. Embora o item em questão possua estimativa superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o fracionamento ou destinação exclusiva a ME e EPP pode resultar em prejuízos ao objeto contratado, considerando os seguintes aspectos:

9.7.3. O fornecimento de combustível requer disponibilidade contínua, logística adequada e atendimento imediato às demandas da frota municipal. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores pode comprometer a padronização no atendimento, aumentar custos operacionais e gerar riscos de desabastecimento.

9.7.4. O fornecimento de combustíveis frequentemente demanda infraestrutura robusta, como estoques suficientes, sistemas de controle e logística ágil, requisitos que podem ser

limitados para empresas de menor porte. A contratação de empresas sem essas capacidades pode comprometer a qualidade do serviço.

9.7.5. A destinação exclusiva a ME e EPP poderia restringir a competitividade do certame, aumentando os custos e contrariando o princípio da economicidade previsto na administração pública.

9.7.6. A continuidade e a eficiência no fornecimento de combustíveis são essenciais para o funcionamento de serviços públicos essenciais, como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos e atendimento de emergências. O fracionamento do contrato pode representar risco ao atendimento pleno dessas necessidades.

9.7.7. Diante disso, a não adoção de cotas neste processo visa assegurar a eficiência, economicidade e segurança no atendimento às necessidades do município, preservando o interesse público e garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos correspondentes as Ordens de Serviços emitidas.

10.5. As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO UNITÁRIO.**

11.2. O percentual de desconto deverá ser aplicado sobre **TABELA DE PREÇOS ANP.**

11.3. A disputa ocorrerá de forma unitária.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. Os preços praticados durante a execução do contrato deverão ser baseados nos valores médios divulgados semanalmente pela ANP para o município de Cascavel/PR, com aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada. Esse mecanismo garante que os valores estejam alinhados às condições reais de mercado.

10.2. A estimativa de contratação foi elaborada considerando o consumo histórico da frota municipal e as demandas adicionais projetadas para o próximo período. O valor total estimado para o fornecimento é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais).

10.3. A administração municipal adotará medidas rigorosas para o controle dos preços praticados, verificando periodicamente a conformidade com os valores médios divulgados pela ANP e os descontos acordados no contrato. Qualquer discrepância será objeto de análise e correção.

10.4. O contrato incluirá cláusulas que prevejam a revisão de preços em casos excepcionais, como alterações significativas nos custos de produção e distribuição de combustíveis. Essas revisões deverão ser devidamente justificadas e aprovadas pela administração municipal.

10.5. Além disso, a administração municipal deverá manter registros detalhados das despesas realizadas com o fornecimento de combustíveis, permitindo a análise e o acompanhamento da execução contratual. Esses registros serão utilizados para subsidiar o planejamento orçamentário e a gestão dos recursos públicos.

10.6. Por fim, a estimativa de contratação reflete o compromisso da administração com a eficiência e a transparência na gestão pública, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma responsável e alinhada aos interesses da população.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

cc) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00

dd) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00

ee) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00

ff) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00

gg) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00

hh) 04.02.04.123.000.4.2.008.000.3.3.90.30.00

ii) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

jj) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00

kk) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00

ll) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00
mm) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00
nn) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00
oo) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00
pp) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00
qq) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00
rr) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00
ss) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00
tt) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00
uu) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00
vv) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00
ww) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00
xx) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00
yy) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00
zz) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00
aaa) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00
bbb) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00
ccc) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00
ddd) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O fornecimento de combustíveis deverá ser iniciado imediatamente **após a assinatura do** contrato ou da ata de registro de preços, garantindo que a frota municipal **esteja plenamente ope**racional desde o início da vigência contratual.

11.2. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustível em **seus postos durante todo o período de vigência** do contrato, atendendo às solicitações de abastecimento **emitidas pelas secretarias** municipais de forma contínua e ininterrupta.

11.3. Em situações emergenciais, a contratada deverá estar preparada para **atender às demandas adicionais** em prazo reduzido, assegurando que os serviços públicos, **tanto em horários comerciais,** quanto fora de horário.

11.4. A empresa licitante vencedora deverá entregar os combustíveis **de acordo com as** necessidades de consumo da administração pública municipal, **sendo de forma parcelada diretamente no tanque do veículo e/ou equipamento, podendo ser no horário comercial, quanto fora de expediente para casos emergenciais.**

11.4.1. Para os casos emergenciais, a Administração Pública Municipal deverá comunicar o licitante, com **antecedência de 15 (quinze) minutos**, para que promova o abastecimento

necessário.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da

Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa

física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

g) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

h) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

i) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

j) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

k) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

l) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

d) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o

fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de** direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, **centro, Três Barras do** Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ/MF) sob o N°** 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo **assinado, Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF **sob N° XXX.XXX.XXX-XX e** portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e **domiciliado nesta cidade** de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE, de um lado e, de outro, a** empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito **privado, estabelecida** (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ) sob o N°** XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes **legais, ao fim assinados,** (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, **AJUSTAM o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, em decorrência da Licitação **Modalidade Pregão,** forma Eletrônica N° XX/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O fornecimento de combustível deverá ocorrer **em estrita obediência** ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente **as necessidades da** CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO **Nº XX/2025, Termo de Referência** e demais anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos **concernentes ao** objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, **demais encargos** inerentes a completa execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto **deste Contrato, pelo** valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado **como valor contratual,** conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços deverão obedecer aos seguintes **parâmetros de referência:**

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC) - ANP

Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

OBS: As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço referente ao litro do combustível deverá obedecer a variação disposta na média de preços da ANP, conforme Parágrafo Segundo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital e item 10. Do Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 07.01.10.301.0008.1.004.000.4.4.90.52.00

b) 07.01.10.304.0022.2.016.000.4.4.90.52.00

c) 09.01.12.361.0010.2.028.000.4.4.90.52.00

d) 06.03.08.244.0005.2.021.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega deverá ocorrer conforme disposto neste edita e no item 14. Do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a

multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO

relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

m) **a)** Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

n) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

o) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

p) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

q) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

r) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão, de Controle de Frotas, CPF N° 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores,

ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do **mesmo a Comarca de** Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio **da CONTRATADA,** que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos **poderes para receber notificações,** citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO **REPRESENTANTE LEGAL**
Representante **Legal**
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:
CPF: CPF:

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

DECRETO nº 6092/2024
DATA: 11/12/2024

PUBLICADO EM:
12/12/2024
Jornal AMP
Página 447
Edição 3172
Karine
Ass. Responsável

SÚMULA: Altera os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

".....**Art. 2º**. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81 (Pregoeira)
II-Luana Cristina Reffatti CPF nº 826.xxx.xxx-30
III-Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
IV – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.xxx.xxx-76 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)

Art. 2º. O artigo 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"..... **Art. 3º.** Ficam nomeados, para licitações que envolvam bens e serviços comuns, como agente de contratação, os empregados (servidores efetivos), pertencente ao quadro permanente da Administração Pública:
I - Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81
II - Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 11 de dezembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, resultantes do Processo Administrativo N° 11/2025.

FISCAL TITULAR: DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

FISCAL SUPLENTE: JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

DOUGLAS POLTRONIERI
Fiscal Titular

JANDIRA SCHLLEMER
Fiscal suplente

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei N° 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/02/2025 – 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - Sobre tabela ANP

MODO DE DISPUTA: UNITÁRIO - ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - APLICADO SOBRE TABELA ANP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, disputa **UNITÁRIA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO aplicado sobre tabela ANP**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08 HORAS DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **08H01M HORAS DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09 HORAS DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00
b) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00
c) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00
d) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00
e) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00
f) 04.02.04.123.000.4.2.008.000.3.3.90.30.00
g) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00
h) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00
i) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00
j) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00
k) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00
l) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00
m) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00
n) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00
o) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00
p) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00
q) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00
r) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00
s) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00

t) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00

u) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00

v) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00

w) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00

x) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00

y) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00

z) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00

aa) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00

bb) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade

com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. Justifica-se a **NÃO REALIZAÇÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** pelo fato de que, a exclusividade apesar do item que foi estimado acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5.5.2. Embora que a exclusividade ou a reserva de cotas é amparada na Lei Complementar N° 123/2006, conforme estabelece o artigo 48, temos ainda que a Lei visa ampliar a participação das empresas menores (ME/EPP) nas contratações públicas, essa condição não deve ser elevada acima do interesse público. Nessa visão, é importante analisar os princípios licitatórios da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando a proposta mais vantajosa para a administração.

5.5.3. Visto que o objeto se trata de combustíveis, não será possível aplicar a exclusividade, pois, conforme subitem 5.5.1. deste Edital, o certame poderá representar prejuízos ao erário, além da necessidade de repetição de novos certames para os itens fracassados. A obrigatoriedade na exclusividade é atenuada na própria LC N° 123/2006, mais precisamente no seu artigo 49, onde o dispositivo prevê a possibilidade da não aplicação, ou seja, "não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado".

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público

que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme

o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR ITEM**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - APLICADO SOBRE TABELA ANP** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx)*.

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s), sendo:

12.9.2. Comprovação que possui **Registro de Revendedor Varejista na Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP** para os itens cotados.

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte**

(EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas,

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

19.6. As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual, conforme item 10.5. do Termo de Referência.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora deverá entregar os combustíveis de acordo com as necessidades de consumo da administração pública municipal, **sendo de forma parcelada diretamente no tanque do veículo e/ou equipamento, podendo ser no horário comercial, quanto fora de expediente para casos emergenciais.**

21.1.1. Para os casos emergenciais, a Administração Pública Municipal deverá comunicar o licitante, com **antecedência de 15 (quinze) minutos**, para que promova o abastecimento necessário.

21.1.2. Os locais de abastecimentos deverão estar localizados nas dependências do Município de Três Barras do Paraná, preferencialmente na sede do Município, devendo estar na época da contratação, devidamente instalado e licenciado e apto para recepcionar e realizar abastecimentos em veículos/equipamentos próprios e locados da Administração Municipal.

21.2. A vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

21.3. O prazo previsto no subitem **21.2** poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

e) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

f) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Aquisição de Combustíveis.

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A estimativa de consumo foi elaborada com base nos registros de abastecimento realizados nos últimos 12 meses, acrescida das demandas projetadas para o próximo exercício. O estudo incluiu a análise detalhada do consumo médio por veículo e equipamento, levando em conta a frequência de uso e a ampliação das atividades operacionais.

2.2. O valor total estimado para a contratação é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais). Esse montante foi calculado com base nos preços médios semanais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com referência no município de Cascavel/PR, no período de 12/01/2025 a 18/01/2025.

2.3. A metodologia utilizada para estimar os valores incluiu a aplicação de percentuais de desconto sobre os preços médios da ANP. Esse critério visa assegurar a competitividade do processo licitatório e a obtenção da melhor proposta para o município, considerando as condições reais de mercado.

2.4. A administração municipal estabeleceu como parâmetro de julgamento o maior percentual de desconto sobre o valor unitário do litro de combustível. Essa abordagem incentiva a concorrência entre os fornecedores e promove a economicidade na utilização dos recursos públicos.

2.5. Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
01	LITROS	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	
02	LITROS	DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	
03	LITROS	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	
04	LITROS	ETANOL	R$ 40.000,00	
		VALOR TOTAL	**R$ 4.540.000,00**	

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE PREÇOS	DATA DA CONSULTA/REFERÊNCIA
01	DIESEL COMUM	**R$ 5,99**	12/01 A 18/01/2025
02	DIESEL S10	**R$ 6,12**	12/01 A 18/01/2025
03	GASOLINA COMUM	**R$ 6,30**	12/01 A 18/01/2025
04	ETANOL	**R$ 4,28**	12/01 A 18/01/2025

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

PARÂMETROS DE CONSULTA/REFERÊNCIA: Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões quinhentos e quarenta mil reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e manutenção urbana. Esses serviços dependem diretamente da mobilidade proporcionada pela frota municipal, cujo abastecimento contínuo é indispensável.

3.2. A ausência de abastecimento regular comprometeria significativamente a execução das atividades diárias das secretarias, causando prejuízos à população. Por exemplo, a interrupção no transporte escolar afetaria o acesso das crianças à educação, enquanto a falta de combustível nos veículos de saúde dificultaria o atendimento de emergências.

3.3. Além disso, o município não dispõe de instalações próprias para armazenamento de combustíveis, o que torna inviável a autogestão desse recurso. A contratação de fornecedores locais devidamente licenciados é a solução mais eficiente e segura para atender à demanda.

3.4. A escolha do modelo de fornecimento direto em postos locais reduz custos logísticos e minimiza os impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. Essa estratégia também promove o desenvolvimento econômico local, ao incentivar a participação de fornecedores instalados no território do município.

3.5. A fundamentação legal da contratação está respaldada na Lei nº 14.133/2021, que estabelece os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. O processo

licitatório assegura a transparência e a competitividade, proporcionando maior segurança jurídica à administração municipal.

3.6. Por fim, a contratação está alinhada ao planejamento estratégico do município, que prioriza a prestação de serviços públicos de qualidade e a sustentabilidade fiscal. A medida contribui para a gestão responsável dos recursos públicos e para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços de abastecimento deverão ser realizados em postos licenciados localizados no território do município de Três Barras do Paraná, preferencialmente na sede do município. Essa exigência visa garantir a agilidade no abastecimento e a redução de custos com deslocamentos desnecessários.

4.2. Os postos contratados deverão estar devidamente instalados e licenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), atendendo a todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis. Essa condição é indispensável para assegurar a qualidade e a segurança dos combustíveis fornecidos.

4.3. As instalações devem ser adequadas para recepcionar veículos de diferentes portes, incluindo máquinas pesadas e equipamentos transportados em pranchas. Essa flexibilidade operacional é essencial para atender à diversidade da frota municipal e garantir a eficiência do abastecimento.

4.4. O atendimento deverá ocorrer em horários compatíveis com as necessidades das secretarias municipais, permitindo o abastecimento durante e fora do horário comercial, conforme demanda específica. Essa disponibilidade contribui para a continuidade das operações e minimiza interrupções nos serviços públicos.

4.5. Os postos deverão emitir documentos fiscais detalhados a cada abastecimento, especificando a quantidade e o tipo de combustível fornecido, bem como os dados do veículo e do motorista responsável. Esses registros serão utilizados para controle interno e auditorias, garantindo maior transparência e confiabilidade.

4.6. Por fim, os fornecedores deverão estar preparados para atender a demandas emergenciais, ajustando o atendimento conforme a necessidade da administração. Essa capacidade de adaptação é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços em situações excepcionais, como desastres naturais ou crises sanitárias.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta para atender à demanda do município de Três Barras do Paraná consiste na contratação de uma empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contemplando diesel comum, diesel S10, gasolina comum e etanol. Essa abordagem assegura a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, uma vez que a frota municipal depende diretamente do abastecimento regular para realizar suas atividades.

6.2. A aquisição será realizada por meio de processo licitatório, promovendo a competitividade entre os fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O critério de julgamento será o maior percentual de desconto aplicado sobre os preços médios de referência divulgados pela ANP.

6.3. A solução inclui a execução do abastecimento diretamente nos postos licenciados localizados no município. Isso reduz os custos logísticos e aumenta a eficiência operacional, permitindo que os veículos e equipamentos estejam disponíveis para atender às demandas da população de forma ágil e segura.

6.4. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível fornecido, em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, será exigido que os postos possuam infraestrutura adequada para atender a diversidade da frota municipal.

6.5. Para assegurar a transparência e o controle do processo, será adotado um sistema de registro detalhado das operações de abastecimento. A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo informações como quantidades abastecidas, valores aplicados e identificação dos veículos e motoristas atendidos.

6.6. Por fim, a solução proposta contribui para a sustentabilidade fiscal e ambiental, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais associados ao transporte de combustíveis. A administração municipal seguirá monitorando e avaliando a execução contratual para garantir que os objetivos sejam alcançados de forma plena.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná. A documentação comprobatória será exigida durante o processo licitatório.

7.2. Os postos de abastecimento deverão estar devidamente instalados e equipados para atender à diversidade de veículos e equipamentos da frota municipal. Isso inclui infraestrutura para recepção de veículos de grande porte, como máquinas pesadas transportadas em pranchas.

7.3. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustíveis de qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, assegurando que os produtos sejam apropriados para o uso nos veículos e equipamentos municipais. Será exigida a apresentação de laudos técnicos e certificados de qualidade emitidos por órgãos competentes.

7.4. O atendimento deverá ser realizado de forma contínua e eficiente, com flexibilidade para ajustar o fornecimento às demandas emergenciais da administração municipal. A contratada deverá dispor de mecanismos que permitam a reposição imediata em caso de problemas operacionais.

7.5. A empresa deverá disponibilizar relatórios detalhados sobre as operações de abastecimento realizadas, contendo informações como quantidades fornecidas, veículos atendidos, valores aplicados e eventuais descontos concedidos.

7.6. Por fim, será exigido que a contratada mantenha comunicação constante com a administração municipal, informando quaisquer alterações no fornecimento e garantindo o alinhamento com as expectativas e necessidades do município.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços semelhantes ao objeto desta contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação clara do objeto, prazo de execução e qualidade dos serviços prestados.

8.2. Será exigida a comprovação de que a empresa possui infraestrutura adequada e licenciada para operar no fornecimento de combustíveis, incluindo postos de abastecimento localizados no município de Três Barras do Paraná.

8.3. A empresa contratada deverá possuir registro válido como revendedora de combustíveis junto à ANP, bem como todas as licenças necessárias para operar no território do município de Três Barras do Paraná.

8.4. Além disso, será necessário comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, mediante apresentação de certidões atualizadas emitidas pelos órgãos competentes. Essa exigência visa assegurar a idoneidade da contratada e sua conformidade com as normas legais.

8.5. Por fim, será exigida a apresentação de certificação ambiental, caso disponível, como forma de comprovar o compromisso da empresa com a sustentabilidade e a redução dos impactos ambientais associados ao fornecimento de combustíveis.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O modelo de execução do objeto prevê a contratação de uma empresa especializada, responsável pelo fornecimento contínuo de combustíveis para a frota municipal, mediante solicitações realizadas pelas secretarias responsáveis. O abastecimento será realizado diretamente nos postos credenciados.

9.2. Cada secretaria municipal emitirá autorizações formais para o abastecimento, contendo informações detalhadas sobre os veículos e equipamentos a serem atendidos, bem como os quantitativos autorizados. Essas autorizações deverão ser apresentadas nos postos no momento do abastecimento.

9.3. A empresa contratada deverá manter registros eletrônicos das operações realizadas, com detalhamento das informações de cada abastecimento. Esses registros serão enviados periodicamente à administração municipal para fins de controle e auditoria.

9.4. A execução contratual será monitorada por fiscais designados pela administração municipal, que terão a responsabilidade de verificar a conformidade das operações realizadas com os termos pactuados no contrato. Eventuais não conformidades serão registradas e deverão ser corrigidas pela contratada.

9.5. O fornecimento deverá ser realizado em conformidade com os preços médios divulgados pela ANP, aplicando-se os descontos oferecidos pela contratada durante o processo licitatório. Qualquer alteração nos preços deverá ser devidamente comunicada e justificada.

9.6. Por fim, o modelo de execução contempla cláusulas específicas para garantir a qualidade do combustível fornecido, a segurança das operações e a continuidade do abastecimento em situações emergenciais, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão pública.

9.7. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.7.1. A não divisão de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no processo de contratação de fornecimento de combustível para a frota do município de Três Barras do Paraná fundamenta-se na preservação da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

9.7.2. Embora o item em questão possua estimativa superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o fracionamento ou destinação exclusiva a ME e EPP pode resultar em prejuízos ao objeto contratado, considerando os seguintes aspectos:

9.7.3. O fornecimento de combustível requer disponibilidade contínua, logística adequada e atendimento imediato às demandas da frota municipal. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores pode comprometer a padronização no atendimento, aumentar custos operacionais e gerar riscos de desabastecimento.

9.7.4. O fornecimento de combustíveis frequentemente demanda infraestrutura robusta, como estoques suficientes, sistemas de controle e logística ágil, requisitos que podem ser

limitados para empresas de menor porte. A contratação de empresas sem essas capacidades pode comprometer a qualidade do serviço.

9.7.5. A destinação exclusiva a ME e EPP poderia restringir a competitividade do certame, aumentando os custos e contrariando o princípio da economicidade previsto na administração pública.

9.7.6. A continuidade e a eficiência no fornecimento de combustíveis são essenciais para o funcionamento de serviços públicos essenciais, como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos e atendimento de emergências. O fracionamento do contrato pode representar risco ao atendimento pleno dessas necessidades.

9.7.7. Diante disso, a não adoção de cotas neste processo visa assegurar a eficiência, economicidade e segurança no atendimento às necessidades do município, preservando o interesse público e garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos correspondentes as Ordens de Serviços emitidas.

10.5. As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO UNITÁRIO.**

11.2. O percentual de desconto deverá ser aplicado sobre **TABELA DE PREÇOS ANP.**

11.3. A disputa ocorrerá de forma unitária.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. Os preços praticados durante a execução do contrato deverão ser baseados nos valores médios divulgados semanalmente pela ANP para o município de Cascavel/PR, com aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada. Esse mecanismo garante que os valores estejam alinhados às condições reais de mercado.

10.2. A estimativa de contratação foi elaborada considerando o consumo histórico da frota municipal e as demandas adicionais projetadas para o próximo período. O valor total estimado para o fornecimento é de R$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais).

10.3. A administração municipal adotará medidas rigorosas para o controle dos preços praticados, verificando periodicamente a conformidade com os valores médios divulgados pela ANP e os descontos acordados no contrato. Qualquer discrepância será objeto de análise e correção.

10.4. O contrato incluirá cláusulas que prevejam a revisão de preços em casos excepcionais, como alterações significativas nos custos de produção e distribuição de combustíveis. Essas revisões deverão ser devidamente justificadas e aprovadas pela administração municipal.

10.5. Além disso, a administração municipal deverá manter registros detalhados das despesas realizadas com o fornecimento de combustíveis, permitindo a análise e o acompanhamento da execução contratual. Esses registros serão utilizados para subsidiar o planejamento orçamentário e a gestão dos recursos públicos.

10.6. Por fim, a estimativa de contratação reflete o compromisso da administração com a eficiência e a transparência na gestão pública, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma responsável e alinhada aos interesses da população.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

cc) 02.01.04.122.0002.2.002.000.3.3.90.30.00

dd) 02.02.04.122.0002.2.003.000.3.3.90.30.00

ee) 02.03.04.122.0002.2.005.000.3.3.90.30.00

ff) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00

gg) 04.01.04.123.0004.2.007.000.3.3.90.30.00

hh) 04.02.04.123.000.4.2.008.000.3.3.90.30.00

ii) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

jj) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00

kk) 06.01.08.243.0009.2.018.000.3.3.90.30.00

ll) 06.01.08.243.0009.2.058.000.3.3.90.30.00

mm) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00

nn) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00

oo) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00

pp) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00

qq) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00

rr) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00

ss) 07.01.10.304.0022.2.016.000.3.3.90.30.00

tt) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00

uu) 09.01.12.361.0010.2.028.000.3.3.90.30.00

vv) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00

ww) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00

xx) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00

yy) 09.03.12.367.0012.2.033.000.3.3.90.30.00

zz) 09.04.12.366.0020.2.037.000.3.3.90.30.00

aaa) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00

bbb) 10.01.20.606.0015.2.050.000.3.3.90.30.00

ccc) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.30.00

ddd) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.30.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O fornecimento de combustíveis deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, garantindo que a frota municipal esteja plenamente operacional desde o início da vigência contratual.

11.2. A contratada deverá garantir a disponibilidade de combustível em seus postos durante todo o período de vigência do contrato, atendendo às solicitações de abastecimento emitidas pelas secretarias municipais de forma contínua e ininterrupta.

11.3. Em situações emergenciais, a contratada deverá estar preparada para atender às demandas adicionais em prazo reduzido, assegurando que os serviços públicos, tanto em horários comerciais, quanto fora de horário.

11.4. A empresa licitante vencedora deverá entregar os combustíveis de acordo com as necessidades de consumo da administração pública municipal, **sendo de forma parcelada diretamente no tanque do veículo e/ou equipamento, podendo ser no horário comercial, quanto fora de expediente para casos emergenciais.**

11.4.1. Para os casos emergenciais, a Administração Pública Municipal deverá comunicar o licitante, com **antecedência de 15 (quinze) minutos**, para que promova o abastecimento

necessário.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da

Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa

física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

g) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

h) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

i) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

j) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

k) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

l) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

d) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o

fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° XX/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O fornecimento de combustível deverá ocorrer em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, Termo de Referência e demais anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços deverão obedecer aos seguintes parâmetros de referência:

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC) - ANP

Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

OBS: As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço referente ao litro do combustível deverá obedecer a variação disposta na média de preços da ANP, conforme Parágrafo Segundo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital e item 10. Do Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 07.01.10.301.0008.1.004.000.4.4.90.52.00

b) 07.01.10.304.0022.2.016.000.4.4.90.52.00

c) 09.01.12.361.0010.2.028.000.4.4.90.52.00

d) 06.03.08.244.0005.2.021.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega deverá ocorrer conforme disposto neste edita e no item 14. Do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a

multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO

relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

m) **a)** Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

n) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

o) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

p) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

q) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

r) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão, de Controle de Frotas, CPF N° 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores,

ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:
CPF: CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **11 DE FEVEREIRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA**, disputa **UNITÁRIA**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - SOBRE TABELA ANP**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 27 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:497AAAC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025 CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2025

A PREFEITURA DE TOMAZINA-PR, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo realizado o CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de veículos com motorista e monitor para transporte escolar de alunos da rede pública de ensino estadual, durante o ano letivo de 2025, exclusivamente do trajeto de ida e volta da Aldeia Indígena do Pinhalzinho até o ponto de ônibus localizado no Município de Guapirama, onde os alunos da APAE de Joaquim Távora embarcam, conforme as linhas e roteiros, nos dias de atividade escolar, nos turnos e horários programados, observando o percurso nos roteiros previamente estabelecidos, a lotação máxima do veículo e velocidade estabelecida, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital e seus anexos, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor de Referência: R$ 59.150,00 (cinquenta e nove mil e cento e cinquenta reais).
Abertura da Licitação: a partir das 08:00 horas do dia 05/02/2025.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e pelo email:comprastmz@hotmail.com.
Tomazina, 28 de janeiro de 2025.

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:85FF51CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DE VALOR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024 CONTRATO Nº 03/2024

Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela
administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor: R$ 11.580,00 (onze mil e quinhentos e oitenta reais).
Contratado: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.797.967/0001-95
Vigência: 30/01/2026.
Tomazina, 28 de janeiro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:4A69B13E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2024

ORDEM CRONOLÓGICA: Dispensa Nº 01/2024 – Processo Nº 01/2024
OBJETO: Contratação de serviços de mídia para a transmissão ao vivo das Sessões Ordinárias e Extraordinárias do Legislativo Municipal.
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e Consultec Sistemas e Tecnologia Ltda.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021.
PREÇO: R$ 2.950,00 anual.
PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses.

Três Barras do Paraná, 22 de janeiro de 2025.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:AC0F7595

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **11 DE FEVEREIRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA**, disputa **UNITÁRIA**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - SOBRE TABELA ANP**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.
Três Barras do Paraná-PR, 28 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:2A6FCED9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.125/2025

EDITAL Nº.125/2025
28.01.2025

CONCURSO Nº001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 14.8 do Edital de abertura nº 001/2023 e o requerimento do interessado,

TORNA PÚBLICO:

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 2.250.000,00

Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
PARTICIPANTE 248	ipiranga / nao se aplica	0,50
PARTICIPANTE 576	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 1.700.000,00

Descrição: ÓLEO DIESEL S10

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
PARTICIPANTE 096	ipiranga / nao se aplica	0,50
PARTICIPANTE 731	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 550.000,00

Descrição: Gasolina Comum

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
PARTICIPANTE 719	ipiranga / nao se aplica	0,50
PARTICIPANTE 400	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 40.000,00

Descrição: Etanol

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
PARTICIPANTE 728	ipiranga / nao se aplica	0,50
PARTICIPANTE 641	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 2.250.000,00

Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
AUTO POSTO TAYSON LTDA	ipiranga / nao se aplica	0,50
ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 1.700.000,00

Descrição: ÓLEO DIESEL S10

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
AUTO POSTO TAYSON LTDA	ipiranga / nao se aplica	0,50
ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 550.000,00

Descrição: Gasolina Comum

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
AUTO POSTO TAYSON LTDA	ipiranga / nao se aplica	0,50
ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: L Val. Ref.: 40.000,00

Descrição: Etanol

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
AUTO POSTO TAYSON LTDA	ipiranga / nao se aplica	0,50
ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	A DEFINIR / A DEFINIR	0,50

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

MOVIMENTOS DO PROCESSO

28/01/2025 10:29:48	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
07/02/2025 14:41:40	**CADASTRO DE PROPOSTA**	AUTO POSTO TAYSON LTDA
10/02/2025 08:24:16	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI
10/02/2025 17:11:09	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI
11/02/2025 07:50:18	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	AUTO POSTO TAYSON LTDA

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica
Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 2.227.500,00 **Valor Total:** 2.227.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	AUTO POSTO TAYSON LTDA	248	00.115.830/0001-64	2.238.750,00	2.227.500,00	1,00	Não
2	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	576	11.331.317/0001-27	2.238.750,00	2.238.750,00	0,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**		
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:11	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	**0,50**
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 576)	**0,50**
11/02/2025 09:01:16	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	**1,00**
11/02/2025 09:10:16	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é AUTO POSTO TAYSON LTDA			
11/02/2025 09:10:16	**HABILITAÇÃO**		

LOTE 2 - HABILITAÇÃO
Lote 2

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: ÓLEO DIESEL S10
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 1.683.000,00 **Valor Total:** 1.683.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	731	11.331.317/0001-27	1.691.500,00	1.683.000,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	096	00.115.830/0001-64	1.691.500,00	1.691.500,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**		
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:11	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 731)	**0,50**
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 096)	**0,50**
11/02/2025 09:01:53	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 731)	**1,00**
11/02/2025 09:10:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:14	**HABILITAÇÃO**		

LOTE 3 - HABILITAÇÃO
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Gasolina Comum
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 544.500,00 **Valor Total:** 544.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	400	11.331.317/0001-27	547.250,00	544.500,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	719	00.115.830/0001-64	547.250,00	547.250,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

11/02/2025 09:00:12	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 400)	**0,50**
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 719)	**0,50**
11/02/2025 09:02:03	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 400)	**1,00**
11/02/2025 09:10:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:14	**HABILITAÇÃO**		

LOTE 4 - HABILITAÇÃO
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Etanol
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.600,00 **Valor Total:** 39.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	641	11.331.317/0001-27	39.800,00	39.600,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	728	00.115.830/0001-64	39.800,00	39.800,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**		
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:12	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 641)	**0,50**
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 728)	**0,50**
11/02/2025 09:02:16	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 641)	**1,00**
11/02/2025 09:10:13	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:13	**HABILITAÇÃO**		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

TOTAL DO PROCESSO: **4.494.600,00**

AUTO POSTO TAYSON LTDA — **00.115.830/0001-64** — **2.227.500,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 248 Lance: 1,00 **Total: 2.227.500,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica

Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM

Quantidade: 1 Val. Ref.: 2.250.000,00 **Valor Unit.: 2.227.500,00** Total Item: 2.227.500,00

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI — **11.331.317/0001-27** — **2.267.100,00**

LOTE 2 Quant.: 1 Num: 731 Lance: 1,00 **Total: 1.683.000,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: ÓLEO DIESEL S10

Quantidade: 1 Val. Ref.: 1.700.000,00 **Valor Unit.: 1.683.000,00** Total Item: 1.683.000,00

LOTE 3 Quant.: 1 Num: 400 Lance: 1,00 **Total: 544.500,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: Gasolina Comum

Quantidade: 1 Val. Ref.: 550.000,00 **Valor Unit.: 544.500,00** Total Item: 544.500,00

LOTE 4 Quant.: 1 Num: 641 Lance: 1,00 **Total: 39.600,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: Etanol

Quantidade: 1 Val. Ref.: 40.000,00 **Valor Unit.: 39.600,00** Total Item: 39.600,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

CAPITAL DO FEIJÃO

Setor de Fazenda

Serviço de Cadastro, Tributação e Fiscalização

ALVARÁ DE LICENÇA N.º 846

O Presente Alvará, esta sendo concedido em caráter temporário, podendo o mesmo ser tornado sem efeito, se porventura, em vistoria realizada pela fiscalização, o estabelecimento não estiver a margem das exigências deste poder público municipal.

Três Barras do Paraná 10/02/2025

De acordo com despacho exarado na petição protocolada sobre n.º 74/2010

Fica: **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI**

CNPJ: 11.331.317/0001-27 CAD: 8460

Nome de Fantasia : LAVA CAR SAARA

Autorizado a estabelecer-se na AV. BRASIL, 251

CENTRO TRES BARRAS DO PR

Com o ramo de COM.VAREJ.DE COMBUSTIVEIS P/VEIC.AUTOMOTORES LUBRIFICANTES LOJAS DE CONVENIENCIAS, LAVAGEM E LUBRIFICACAO

Satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

Inscrição Municipal n.º 846

SECRETARIA DA FAZENDA

Serviço de Cadastro, Tributação e Fiscalização

Em 10/02/2025

Este Alvará de Licença é válido até 31/12/2025

Independente de aviso o presente alvará deverá ser renovado anualmente mediante a Guia de Recolhimento

Edenilson Gianini
Dpto. Tributação, Arrecadação e Fiscalização
Decreto n.º 4246/2021

Edenilson Gianini
Div. Trib.
Fiscalização e Arrecadação
Decreto nº 4246/2021

Funcionário(a)

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

ANEXO II

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, telefone (45) 9116-3956, e-mail postosaara3@gmail.com, neste ato, representado por seu representante legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. ALEX SANDRO CLEIN, portador do RG N° 8.557.371-1, CPF sob N° 042.731.839-43, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) ano sem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

Assinado digitalmente por ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=44178499000168, OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.30 14:04:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

Assinado digitalmente por ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=44176499000168, OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.30 14:04:44-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ALEX SANDRO CLEIN LTDA

CNPJ N° 11.331.317/0001-27

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Data/Hora Emissão: **30/01/2025 13:31:10**

Situação	Autorização	CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
EM OPERAÇÃO	PR/PR0207344	11331317000127	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	

Endereço	Complemento	Bairro	Município/UF	CEP
AVENIDA BRASIL 251		CENTRO	TRES BARRAS DO PARANA/PR	854850(

Nr Despacho	Data da Publicação	Bandeira/Início	Tipo de Posto
ANP Nº 165	18/02/2021	BANDEIRA BRANCA - 18/02/2021	PR

Sócios
ALEX SANDRO CLEIN

Produtos	Tancagem (m³)	Bicos
ETANOL HIDRATADO COMUM	10	3
GASOLINA C COMUM	15	1
GASOLINA C COMUM ADITIVADA	10	2
ÓLEO DIESEL B S10 - COMUM	15	6
ÓLEO DIESEL B S500 - COMUM	20	5

Voltar Imprimir

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANA**, inscrita no CNPJ sob n° 78.121.936/0001-68, sediada na Avenida Brasil, n° 245, Centro, Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, , atesta para os devidos fins que a empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, através de seu representante legal, Sr. ALEX SANDRO CLEIN, portador do RG N° 8.557.371-1, CPF sob N° 042.731.839-43, forneceu os objetos do PREGÃO72/2023:

Und	Descrição
LITRO	DIESEL S10
LITRO	GASOLINA COMUM
LITRO	ETANOL

Atestamos ainda, que tais objetos foram entregues satisfatoriamente, de acordo com os prazos estabelecidos, pontualidade e eficiência na execução, qualidade e quantidade, não existindo em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade comas obrigações assumidas.

Três Barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

Jandira Schllemer
Setor de compras

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	Alex Sandro Clein LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	11.331.317/0001-27
Número de Ordem do Livro:	15		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Alex Sandro Clein LTDA
NIRE	41600991371
CNPJ	11.331.317/0001-27
Número de Ordem	15
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	Três Barras do Paraná
Data do arquivamento dos atos constitutivos	16/11/2009
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	47531

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Alex Sandro Clein LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	15
Quantidade total de linhas do arquivo digital	47531
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 11.8C.CB.B8.D9.84.27.89.3C.2E.A3.28.1C.D8.5E.1A.89.20.EB.F7-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.2.1**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
41600991371	11.331.317/0001-27	
NOME EMPRESARIAL		
Alex Sandro Clein LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Geral	15
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
11.8C.CB.B8.D9.84.27.89.3C.2E.A3.28.1C.D8.5E.1A.89.20.EB.F7	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	11331317000127	ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127	115351942681050166 9838994	15/05/2024 a 15/05/2025	Sim
Contador	03776639997	VALTER RAFAEL ACORDI:03776639997	789372273869266080 3	14/02/2023 a 14/02/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

11.8C.CB.B8.D9.84.27.89.3C.2E.A3.
28.1C.D8.5E.1A.89.20.EB.F7-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/06/2024 às 19:02:34

59.C1.07.F7.F9.CC.FD.5A
8B.82.90.93.6C.7B.A4.BF

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Alex Sandro Clein LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023 — CNPJ: 11.331.317/0001-27
Número de Ordem do Livro:	15
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.214.875,61	R$ 1.752.023,34
ATIVO CIRCULANTE		R$ 1.214.875,61	R$ 1.666.510,99
DISPONIVEL		R$ 863.664,34	R$ 1.252.010,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R$ 863.664,34	R$ 1.252.010,29
CAIXA		R$ 863.664,34	R$ 1.252.010,29
OUTROS CREDITOS		R$ 631,65	R$ 1.271,55
IMPOSTOS A COMPENSAR/RECUPERAR		R$ 631,65	R$ 1.271,55
INSS Á COMPENSAR		R$ 3,62	R$ 3,62
COFINS A COMPENSAR		R$ 94,92	R$ 94,92
PIS A COMPENSAR		R$ 20,55	R$ 20,55
IRPJ A COMPENSAR		R$ 152,87	R$ 152,87
CSLL A COMPENSAR		R$ 91,72	R$ 91,72
ICMS A RECUPERAR		R$ 267,97	R$ 907,87
ESTOQUES		R$ 350.579,62	R$ 411.330,54
ESTOQUES		R$ 350.579,62	R$ 411.330,54
MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO		R$ 117.141,56	R$ 174.059,89
ETANOL		R$ 38.126,20	R$ 11.859,99
DIESEL COMUM		R$ 136.503,33	R$ 40.919,65
GASOLINA ADITIVADA		R$ 52.197,54	R$ 60.635,69
GASOLINA COMUM		R$ 6,80	R$ 57.277,24
DIESEL S10		R$ 6.604,19	R$ 66.578,08
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 1.898,61
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 1.898,61
SEGUROS A APROPRIAR		R$ 0,00	R$ 1.779,31
ALVARA DE LICENÇA DE APROPRIAR		R$ 0,00	R$ 119,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 85.512,35
IMOBILIZADO		R$ 0,00	R$ 90.000,00
VEÍCULOS		R$ 0,00	R$ 90.000,00
CAMIONETA VOLVO XC60 - PLACA: PLACA: NIV-7A91		R$ 0,00	R$ 90.000,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ 0,00	R$ (4.487,65)
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS - VEÍCULOS		R$ 0,00	R$ (4.487,65)
(-) CAMIONETA VOLVO XC60 - PLACA: PLACA: NIV-7A91		R$ 0,00	R$ (4.487,65)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 1.214.875,61	R$ 1.752.023,34
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 21.382,75	R$ 24.478,13
FORNECEDORES		R$ 2.674,14	R$ 3.551,98
FORNECEDORES		R$ 2.674,14	R$ 3.551,98
ACIPAR LUBRIFICANTES LTDA		R$ 1.679,20	R$ 0,00
ALA DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICA		R$ 994,94	R$ 733,58
INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES NOVA		R$ 0,00	R$ 2.120,40
A. JUNIOR ROMAN COMERCIO DE FERRAGENS		R$ 0,00	R$ 698,00
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		R$ 1.078,68	R$ 1.174,80
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR		R$ 1.078,68	R$ 1.174,80
PRO-LABORE A PAGAR		R$ 1.078,68	R$ 1.174,80
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 17.629,93	R$ 19.751,37
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 17.629,93	R$ 19.751,37
INSS A RECOLHER		R$ 375,72	R$ 409,20
PIS A RECOLHER		R$ 9,93	R$ 8,55
COFINS A RECOLHER		R$ 27,71	R$ 49,62
IRPJ A RECOLHER		R$ 3.124,01	R$ 2.251,87
CSLL A RECOLHER		R$ 13.964,36	R$ 17.032,13
ISS/QN À RECOLHER		R$ 128,20	R$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 1.193.492,86	R$ 1.727.545,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 1.193.492,86	R$ 1.727.545,21
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO		R$ 140.000,00	R$ 140.000,00
ALEX SANDRO CLEIN		R$ 140.000,00	R$ 140.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 1.053.492,86	R$ 1.587.545,21
LUCROS ACUMULADOS		R$ 1.053.492,86	R$ 1.587.545,21

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 11.8C.CB.B8.D9.84.27.89.3C.2E.A3.28.1C.D8.5E.1A.89.20.EB.F7-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped Contábil

Entidade:	Alex Sandro Clein LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	11.331.317/0001-27
Número de Ordem do Livro:	15
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		R$ 5.297.092,67	R$ 7.142.629,97
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		R$ 5.296.950,97	R$ 7.130.460,68
VENDAS DE COMBUSTIVEIS		R$ 5.292.087,18	R$ 7.124.451,68
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 3.876,16	R$ 2.022,00
VENDAS DE MERCADORIAS C/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA		R$ 987,63	R$ 3.987,00
OUTRAS RECEITAS		R$ 141,70	R$ 12.169,29
BRINDES E BONIFICAÇÕES RECEBIDAS		R$ 141,70	R$ 12.169,29
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 40,00	R$ 0,00
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 40,00	R$ 0,00
RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		R$ 40,00	R$ 0,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (18.086,14)	R$ (325.927,51)
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (18.086,14)	R$ (325.927,51)
(-) (-) DESCONTOS INCONDICIONAIS CONCEDIDOS		R$ (17.742,27)	R$ (325.150,35)
(-) (-) COFINS SOBRE FATURAMENTO		R$ (230,31)	R$ (494,68)
(-) (-) ICMS SOBRE VENDAS		R$ (62,46)	R$ (175,32)
(-) (-) ISSQN SOBRE SERVIÇOS		R$ (1,60)	R$ (0,00)
(-) (-) PIS SOBRE FATURAMENTO		R$ (49,50)	R$ (107,16)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (4.761.352,82)	R$ (6.183.320,33)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (4.761.352,82)	R$ (6.183.320,33)
(-) COMPRAS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO		R$ (11.785,00)	R$ (24.938,52)
(-) COMPRAS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO C/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA		R$ (87.498,51)	R$ (103.820,05)
(-) COMPRAS DE MATERIAIS PARA USO E CONSUMO DE FORA DO ESTADO		R$ (0,00)	R$ (61,90)
(-) BRINDES E BONIFICAÇÕES RECEBIDOS		R$ (141,70)	R$ (12.160,81)
(-) COMPRA DE COMBUSTIVEIS PARA REVENDA		R$ (4.661.927,61)	R$ (6.042.338,05)
DEDUÇÕES DOS CUSTOS		R$ 263,46	R$ 24.528,67
DEDUÇÕES DOS CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 263,46	R$ 24.528,67
(-) DEVOLUÇÃO DE COMBUSTIVEIS OU LUBRIFICANTES		R$ 0,00	R$ 24.150,00
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS OBTIDOS		R$ 263,46	R$ 378,67
ESTOQUES		R$ 123.129,87	R$ 60.750,92
ESTOQUES		R$ 123.129,87	R$ 60.750,92
(-) ESTOQUE INICIAL DE MERCADORIAS		R$ (26.327,79)	R$ (117.141,56)
(-) ESTOQUE FINAL MERCADORIAS		R$ 117.141,56	R$ 174.059,89
(-) ESTOQUE INICIAL DE COMBUSTIVEIS		R$ (201.121,96)	R$ (233.438,06)
(-) ESTOQUE FINAL DE COMBUSTIVEIS		R$ 233.438,06	R$ 237.270,65
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (30.139,80)	R$ (94.034,47)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (12.687,00)	R$ (75.112,87)
(-) ALUGUEL INSTAL COMERCIAIS		R$ (0,00)	R$ (22.800,00)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R$ (5.704,28)	R$ (1.918,87)
(-) CONSUMO DE AGUA		R$ (2.712,96)	R$ (7.482,45)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (0,00)	R$ (15,21)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		R$ (0,00)	R$ (1.050,00)
(-) COMBUSTÍVEIS		R$ (0,00)	R$ (3.481,89)
(-) DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (4.487,65)
(-) TAXA DE ALVARÁ DE LICENÇA		R$ (0,00)	R$ (238,40)
(-) DESPESAS COM TRANSPORTES DE LIXO		R$ (0,00)	R$ (276,00)
(-) MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS		R$ (1.130,56)	R$ (6.444,00)
(-) BENS DE PEQUENOS VALORES		R$ (250,00)	R$ (13.466,30)
(-) COMPRAS DE MATERIAIS PARA USO E CONSUMO		R$ (2.859,20)	R$ (10.382,89)
(-) DESPESAS COM SEGUROS		R$ (0,00)	R$ (589,64)
(-) DESPESAS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS		R$ (0,00)	R$ (90,94)
(-) DESPESAS COM IPVA		R$ (0,00)	R$ (2.088,63)
(-) DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS		R$ (0,00)	R$ (18.921,60)
(-) INSS		R$ (0,00)	R$ (3.153,60)
(-) RETIRADA PRO-LABORE		R$ (0,00)	R$ (15.768,00)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 104,20
OUTRAS RECEITAS		R$ 0,00	R$ 104,20
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 104,20
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (697,97)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (697,97)
(-) MULTAS E JUROS PAGOS COM IMPOSTOS ATRASADOS		R$ (0,00)	R$ (495,43)
(-) JUROS PAGOS		R$ (0,00)	R$ (5,57)
(-) I.O.F - IMPOSTOS SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (196,97)
(-) PROVISÃO SOBRE IMPOSTOS		R$ (0,00)	R$ (73.497,24)
(-) PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (0,00)	R$ (73.497,24)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO		R$ (0,00)	R$ (73.497,24)
(-) PROVISÃO SOBRE IMPOSTOS		R$ (0,00)	R$ (16.483,89)
(-) PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA		R$ (0,00)	R$ (16.483,89)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA		R$ (0,00)	R$ (16.483,89)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 0,00	R$ 534.052,35

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 11.8C.CB.B8.D9.84.27.89.3C.2E.A3.28.1C.D8.5E.1A.89.20.EB.F7-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
11.331.317/0001-27 **MATRIZ**		**16/11/2009**

NOME EMPRESARIAL
ALEX SANDRO CLEIN LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BRASIL	**251**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.485-000	**CENTRO**	**TRES BARRAS DO PARANA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(45) 3235-1225/ (45) 3235-1225

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**16/11/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/01/2025** às **13:32:13** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável
Instituto Água e Terra

Certidão Negativa de Débitos Ambientais

CERTIDÃO N° 1544967

Certidão Fornecida para CNPJ: 11.331.317/0001-27 - Regular

Ressalvado o direito do Instituto Água e Terra, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do usuário ambiental acima citado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, quaisquer débitos ambientais, transitados em julgado.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação do usuário ambiental no âmbito deste Instituto Água e Terra, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa do Estado administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Estadual.

Certidão emitida às **14:42:24** horas do dia **05/02/2025** (hora e data de Brasília).

Válida até 07/01/2021

Estado do Paraná
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável Hídricos
IAP-Instituto Ambiental do Paraná

Certidão N° 1544967

Emitida Eletronicamente via Internet

Dados Transmitidos pela Tecnologia Celepar

Voltar | Imprime

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social : ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

CNPJ : 11331317000127

Nro. de Autorização : PR/PR0207344

Nro. Despacho : ANP Nº 165

Data da Publicação : 18/02/2021

Endereço : AVENIDA BRASIL - 251 - - CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA - PR

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8°, inciso XV da Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP n° 948, de 05 de outubro de 2023.

Emitido às **13:26:50** horas do dia **30/01/2025** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **14F770A3A3BBBBB2**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90840939-60	11.331.317/0001-27	02/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	ALEX SANDRO CLEIN LTDA
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	AV BRASIL, 251 - CENTRO - CEP 85485-000 FONE: (45) 3235-1540
Município de Instalação	TRES BARRAS DO PARANA - PR, DESDE 02/2020
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 12/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4731-8/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
	4723-7/00 - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
	4729-6/02 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIENCIA
	4732-6/00 - COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	042.731.839-43	ALEX SANDRO CLEIN	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 12/03/2025.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90840939-60

Emitido Eletronicamente via Internet
10/02/2025 10:00:03

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

28172455200

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ALEX SANDRO CLEIN

20/11/2001



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
31/07/1981 PAICANDU/PR

4a DATA EMISSÃO
15/05/2024

4b VALIDADE
14/05/2034

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
8557372-1 SESP PR

4d CPF
042.731.839-43

5 Nº REGISTRO
02077374130

E

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NELSO CLEIN

ANA CAMILA CLEIN

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		14/05/2034	
B1			
C		14/05/2034	
C1			

9	10	11	12
D		14/05/2034	
D1			
BE		14/05/2034	
CE		14/05/2034	
C1E			
DE		14/05/2034	
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ADRIANO MARCOS FURTADO
DIRETOR PRESIDENTE - PR

ASSINATURA DO EMISSOR

58515775661
PR925613488

LOCAL
CURITIBA, PR

PARANÁ

EXEMPLAR DE PROPRIEDADE PRIVADA

28172455200

Scanned with CamScanner

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

1/5

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

ALEX SANDRO CLEIN, brasileiro, natural de Paiçandu, Estado do Paraná, solteiro, nascido no dia 31/07/1981, empresário, inscrito no CPF. 042.731.839-43, e portador da RG. 8.557.371-1 -SSP-PR expedida no dia 05/11/1998, residente e domiciliado a Avenida Brasil, 251, Centro, CEP 85485-000, no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, titular da empresa individual de responsabilidade limitada **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI**, com sede na Avenida Brasil, 251, centro, no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85485-000, com ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41600991371 CNPJ sob n.º 11.331.317/0001-27 **RESOLVE:**

1º Pelo presente instrumento resolve atualizar endereço do sócio titular:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO TITULAR: Fica alterado o endereço do sócio titular Alex Sandro Clein, para Rua Bahia, 1451, Bairro Jardim Floresta, município de Três Barras do Paraná, estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: RESOLVE o titular, por este instrumento, consolidar o ato constitutivo, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e consolidações contidas no contrato primitivo e suas alterações, passando a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

ALEX SANDRO CLEIN, brasileiro, natural de Paiçandu, Estado do Paraná, solteiro, nascido no dia 31/07/1981, empresário, inscrito no CPF. 042.731.839-43, e portador da RG. 8.557.371-1 -SSP-PR expedida no dia 05/11/1998, residente e domiciliado a Rua Bahia, 1451, Bairro Jardim Floresta, CEP 85485-000, no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, titular da empresa individual de responsabilidade limitada **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI**, com sede na Avenida Brasil, 251, centro, no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85485-000, com ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41600991371 CNPJ sob n.º 11.331.317/0001-27.

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E TEMPO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada EIRELI, e com a denominação **ALEX SANDRO CLEIN - EIRELI**, CNPJ sob n.º 11.331.317/0001-27, constituído em 04/02/2020, será regida pelo Código Civil, Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A EIRELI tem sua sede na Avenida Brasil, 251, centro, no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85485-000, podendo a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

3/5

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

CLÁUSULA QUARTA: O objetivo social é:

47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores;
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas;
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência;
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes;

CLÁUSULA QUINTA: O capital da EIRELI é de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) correspondente a 140.000 (cento e quarenta mil) quotas de valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, neste ato em moeda corrente do País:

Sócio	Quotas	Valor
ALEX SANDRO CLEIN	140.000	R$ 140.000,00
TOTAL	**140.000**	**R$ 140.000,00**

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLAUSULA SÉTIMA: A administração da EIRELI caberá ao titular **ALEX SANDRO CLEIN** dispensada de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro - O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró- labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

Parágrafo Segundo - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apuração do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA: O titular declara sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que a proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Artigo1.011, § 1°, CC/2002).

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

5/5

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

NIRE 41600991371 COM DESPACHO EM 04/02/2020

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Titular declara sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra como **MICROEMPRESA,** nos termos do art. 3°, inciso II da Lei Complementar n° 123 de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O titular elege o Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento de Alteração de Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Três Barras do Paraná, 26 de maio de 2020.

RECONHECIDA

ALEX SANDRO CLEIN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - SERVIÇO DISTRITAL DE NOTAS

Selo Digital nº 78CEN.Ar4hb.Ivc3n, Controle: PWHdG.nQQHI
Consulte em http://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança a assinatura de **ALEX SANDRO CLEIN** , a pedido das partes . Dou fé."000A"49598C". Três Barras do Paraná, 04 de junho de 2020 - 13:26:35h
Em Test° da Verdade
Jaimir Rosa
Escrevente

TABELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
Sérgia Bozza de Lima
Registradora
Jaimir Rosa
Escrevente
Francielli Gilda Bozza de Lima
Aux. Juramentada
Três Barras do Paraná - PR

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, WAGNER CLEVERSON ACORDI, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 049631, expedida em 06/05/2008, inscrito no CPF n° 02736503945, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
02736503945	049631	WAGNER CLEVERSON ACORDI

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/06/2020 16:24 SOB N° 20202454304.
PROTOCOLO: 202454304 DE 02/06/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002319640. NIRE: 41600991371.
ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/06/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

ALEX SANDRO CLEIN LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, e sob as penas da Lei, que a proposta está em conformidade com as exigências previstas no edital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

Assinado digitalmente por ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=44176499000168, OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.30 14:03:32-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ALEX SANDRO CLEIN LTDA

CNPJ N° 11.331.317/0001-27

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006, 147/2014 E LC MUNICIPAL 001/2014

ALEX SANDRO CLEIN LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, através de seu representante legal, Sr. ALEX SANDRO CLEIN, portador do RG N° 8.557.371-1, CPF sob N° 042.731.839-43 e de seu contador, Sr. VALTER RAFAEL ACORDI, CRC nº PR-065073/O-7, inscrito no CPF nº 037.766.399-97, DECLARA, para os fins das Leis Complementares nºs123/2006, 147/2014 e LC Municipal 001/2014 e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta empresa enquadra-se na presente data como:

(X) MICROEMPRESA, conforme art. 3º, I, da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 LC Municipal 001/2014;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme art. 3º, II, da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 LC Municipal 001/2014.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações do § 4º do art. 3º da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 e LC Municipal 001/2014.

Por ser esta expressão da verdade, firmamos o presente.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

VALTER RAFAEL ACORDI:03776639997

Assinado digitalmente por VALTER RAFAEL ACORDI:03776639997
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14259348000102, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=VALTER RAFAEL ACORDI:03776639997
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.30 14:01:12-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

VALTER RAFAEL ACORDI

CPF n° 037.766.399-97

CRC nº PR-065073/O-7

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de novembro de 2002.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

Assinado digitalmente por ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=44176499000168, OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.30 13:58:02-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ALEX SANDRO CLEIN LTDA

CNPJ N° 11.331.317/0001-27

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035977025-50

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **11.331.317/0001-27**
Nome: **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (06/02/2025 13:19:24)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de CATANDUVAS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

ALEX SANDRO CLEIN

CNPJ: 11.331.317/0001-27

Local da Sede:

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de CATANDUVAS
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

CATANDUVAS, 29 de janeiro de 2025

Fernando Augusto Martins Cardoso
Distribuidor

FERNANDO AUGUSTO MARTINS CARDOSO:52618

Assinado de forma digital por FERNANDO AUGUSTO MARTINS CARDOSO:52618
Dados: 2025.01.29 12:57:27 -03'00'

Código Validador TJPR: CACF.9813.12HGIDAC.02 **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEIbE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:03:45 do dia 27/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/07/2025.
Código de controle da certidão: **EE53.8A19.43CE.EAF3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.331.317/0001-27
Razão Social: ALEX SANDRO CLEIN
Endereço: AV BRASIL 251 / CENTRO / TRES BARRAS DO PARANA / PR / 85485-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/01/2025 a 13/02/2025

Certificação Número: 2025011504341653065271

Informação obtida em 27/01/2025 10:14:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST
Instituto Água e Terra

Número de Protocolo: 17.030.025-4
Número do Documento: 219047
Validade da Licença: 05/02/2027

LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 17.030.025-4, concede LO - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
11.331.317/0001-27	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI
RG/Inscrição Estadual	Logradouro e Número
---	BRASIL, 251
Bairro	Município / UF
CENTRO	Três Barras do Paraná/PR
CEP	85.485-000

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Atividade
Posto de combustíveis para veículos automotores
Porte
Pequeno
Atividade Específica
Posto revendedor
Detalhes da Atividade
possue lavagem de veiculos anexo terceirizado (reuso)

Coordenadas UTM (E-N)	Logradouro e Número
279734.8 - 7186502.2	AVENIDA BRASIL, 251
Bacia Hidrográfica	Bairro
Iguaçu	CENTRO
Município / UF	CEP
Três Barras do Paraná/PR	85.485-000

* Houve alteração do Nome/Razão Social do Empreendimento: de 'J. ROSSATTO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA(03.357.900/0001-69)' para 'ALEX SANDRO CLEIN EIRELI(11.331.317/0001-27)'.

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 TANQUE DE COMBUSTÍVEL

Tipo de Tanque	Modelo Tanque	Identificação	Combustível	Capacidade Tanque (m³)	Data da Instalação
Tanque jaquetado de parede dupla	Pleno	3968	Diesel S10	15,00	01/03/2013
Tanque jaquetado de parede dupla	Pleno	561	Diesel S500	20,00	01/08/2003
Tanque jaquetado de parede dupla	Tripartido	560	Gasolina; Etanol; Gasolina aditivada	35,00	01/07/2003

3.2 ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Rede Pública	Humano e Empreendimento	0,19	--	---

3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Rede Pública	Rede Pública	0,03	--	---
Efluentes liq.gerados em área de pista e lavagem de	ETE-P	Reuso no Processo	0,14	--	---

3.5 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final
150202 - Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente	0,65 kg	Aterro Industrial Terceiros
150202 - Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente	0,50 kg	Aterro Industrial Terceiros
150102 - Embalagens de plástico	1,50 kg	Aterro Industrial Terceiros
200121 - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	0,01 unid	Retorno ao fabricante
130502 - Lodo proveniente dos separadores óleo/água	10,00 kg	Aterro Industrial Terceiros
130201 - Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados ou contaminados	6,66 l	Re-refino de óleo
130506 - Óleos provenientes dos separadores óleo/água	0,33 l	Aterro Industrial Terceiros
200199 - Outras frações não anteriormente especificadas	1,16 kg	Aterro Sanitário
200101 - Papel e cartão	0,32 kg	Reciclagem externa
200139 - Plásticos	0,31 kg	Reciclagem externa

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDICIONANTES

1. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA Nº 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de poluição ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.

2. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VII da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020, e 3º, Inciso IV da Resolução nº 003/2020 - SEDEST e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.

3. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.

4. É terminantemente proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material.

5. Para operação da atividade de Lavador de Veículos Pesados, deverá ser implantado um Sistema de Reuso dos efluentes gerados.

6. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

7. Fica proibida a infiltração direta no solo de efluentes provenientes de águas de lavagem de veículos e do setor de abastecimento, mesmo que sejam tratadas.

8. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais utilizados ou potencialmente identificados como mananciais de abastecimento público.

9. No caso de destinação final de resíduos sólidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 076/2009, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.

10. Para envio do resíduo autorizado, deverá através do sistema de movimentação (www.sga-mr.pr.gov.br/sga-mr) registrar a carga prevista na Autorização Ambiental, sendo necessário a confirmação de todos os envolvidos. Não havendo a confirmação pelo sistema informado, o mesmo comprometerá a emissão do Certificado de Aprovação de Destinação Final- CADEF e da nova Autorização Ambiental.

11. Quando do encerramento da atividade esse órgão ambiental deverá ser informado por meio de procedimento próprio, protocolado e dirigido ao Diretor de Presidente, instruído conforme estabelecido do Art. 92 da Resolução 107/2020 - CEMA, de 09 de Setembro de 2020.

12. O empreendimento e/ou ampliações deverão atender as disposições locacionais contidos no art. 24 Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de

2020.

13. As ampliações ou alterações na atividade ora licenciada, deverão estar em conformidade com o estabelecido na Resolução 107/2020 - CEMA, de 09 de Setembro de 2020 e pela Seção V da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de janeiro de 2020.

14. Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras manterem pelo menos um responsável técnico ambiental durante a validade da respectiva licença, conforme lei estadual 16.346/2009, para emissão da Licença de Operação.

15. As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser encaminhadas para o respectivo sistema de drenagem de águas pluviais, a fim de impedir a saturação do sistema drenagem oleosa, já contemplado pela norma ABNT NBR 14.605-2.

16. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

17. Deverá o empreendimento manter obrigatoriamente em funcionamento o sistema de monitoramento intersticial dos tanques e sumps de bombas e filtros. Em caso de qualquer alteração/interrupção do funcionamento desse sistema, deverá ser encaminhado comunicado a este órgão ambiental.

18. Caso esteja prevista a captação de água subterrânea e/ou água superficial deverá ser apresentada Outorga de Direito, e mantê-la atualizada, conforme legislações ambientais vigentes.

19. Realizar relatório de automonitoramento dos efluentes líquidos tratados de todos os pontos de lançamento do empreendimento, conforme Portaria 256/2013 - IAP, de todos os parâmetros estabelecidos no Art. 34 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020;

20. Deverão ser descritas no relatório de vistoria técnica todas as adequações e/ou melhorias de sistemas e medidas de controle ambiental implantadas no decorrer da validade desta licença, com apresentação do plano de melhoria, com anotação de responsabilidade técnica emitida por profissional habilitado, conforme Art. 26 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020.

21. O armazenamento temporário de resíduos só será permitido, por prazo não superior a 1 (um) ano.

22. No caso de empreendimentos que possuam captação de água subterrânea, deverão obrigatoriamente realizar o monitoramento anual da qualidade da água do lençol freático, considerando-se BTXE (benzeno, tolueno, xileno e etilbenzeno), HPA (hidrocarbonetos poliaromáticos) e TPH (Hidrocarbonetos Totais de Petróleo), conforme Art. 36 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020;

23. Deverá o empreendimento realizar teste de estanqueidade das bombas, linhas, filtros e tanques anualmente por empresa devidamente credenciada junto ao INMET acompanhado de relatório de fotográfico, antes e após a execução do serviço, de todos os componentes avaliados.

24. Deverá ser apresentado a este órgão ambiental, com frequência máxima de 03 (três) anos, contados a partir da data de emissão da respectiva licença, o relatório de monitoramento e operação - RMO, descrito no Capítulo V da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020,conforme Anexo VIII dessa resolução.

25. Deverá ser realizado pelo empreendedor a averbação como área contaminada, conforme modelo do Anexo XII da Resolução 003/2020- SEDEST, de 24 de janeiro de 2020, nos casos em que sejam constatadas a presença de substâncias químicas em fase livre e/ou quando as concentrações das substâncias químicas de interesse ultrapassarem as concentrações máximas aceitáveis para o local, de acordo com o estabelecido pela Resolução 420/2009 - CONAMA e pelo Art. 44 da Resolução 003/2020 - SEDEST.

26. Quando da solicitação DA LICENÇA DE OPERAÇÃO a empresa deverá apresentar Relatório Técnico elaborado por profissional habilitado acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com material fotográfico de cada um dos itens abaixo,comprovando que todas as obras previstas no PCA foram implantadas .
1- piso e drenagem
2- sistema de drenagem de águas pluviais;
3- características (principalmente quanto a infiltrações) do piso impermeável na área de bombas e tanques;
4- sistema de drenagem oleosa das áreas de abastecimento, tanques e lubrificação e troca de óleo;
5- caixas separadoras água/óleo.
6- Plano de Gerenciamento de Riscos, onde couber;
7- Câmaras de Contenção sob as unidades de abastecimento e filtragem de óleo;
8- Câmaras de acesso à boca de visita dos tanques e descarga selada;
9- relatório de manutenção das válvulas de retenção de vapores dos respiros dos tanques;
10-Implantação dos sensores de vazamento em todos os elementos notáveis: bombas, tanques, filtros etc.
11-

EM BRANCO

Cascavel, 05 de Fevereiro de 2021 — Assinatura do Representante

Súmula dessa licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da resolução CONAMA nº 006/86.Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Digitally signed by MARLISE DA CRUZ:17695570915
Date: 2021.02.05 15:47:12 BRT

MARLISE DA CRUZ
Escritório Regional de Cascavel

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CERTIDÃO NEGATIVA NR. 126/2025

Cadastro Econômico: 8460

Razão Social.: ALEX SANDRO CLEIN EIRELI
CPF/CNPJ.....: 11.331.317/0001-27
Nome Fantasia: LAVA CAR SAARA
Endereço.....: AV. BRASIL, 251
Bairro.....: CENTRO
Atividade....: COM.VAREJ.DE COMBUSTIVEIS P/VEIC.AUTOMOTORES
Alvará.....: 846

Certificamos de acordo com a Legislação em vigor, e face ao requerimento protolado sob n° , no dia que o cadastro Economico n° 846-0 localizado nesta cidade de Três Barras do Paraná, não possui débitos referente a móveis, nem imóveis, ou qualquer outro debito fiscal, NADA DEVE para a Fazenda Pública deste município, referente a impostos atrasados.

A presente certidão emitida pelo Portal do Cidadão
servira exclusivamente para fins de Emissão de Certidão

A presente certidão não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Certidão emitida com base em Lei Municipal do município de Três Barras do Paraná.
Emitida em: 27/01/2025
Válida até: 26/02/2025
Ano/Número da certidão.....: 2025/126
Código de autenticidade da certidão: 492043028492043
Certidão emitida gratuitamente pelo portal do cidadão.
ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA

A
Pregoeira do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025.

A empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

Item	Unid	Descrição do Item	Valor	(%) Descont
2	Litro	ÓLEO DIESEL S10	R$ 1.700.000,00	1,00%
3	Litro	GASOLINA COMUM	R$ 550.000,00	1,00%
4	Litro	ETANOL	R$ 40.000,00	1,00%

Marca/Modelo: A Definir.
Condições de Pagamento: Conforme edital. Validade da Proposta: 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços em anexo;

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução dos objetos.

Três barras do Paraná-Pr, 11 de fevereiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

Assinado digitalmente por ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=44176499000168, OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.11 09:22:18-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ N° 11.331.317/0001-27

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

ANEXO II

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, telefone (45) 9116-3956, e-mail postosaara3@gmail.com, neste ato, representado por seu representante legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. ALEX SANDRO CLEIN, portador do RG N° 8.557.371-1, CPF sob N° 042.731.839-43, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) ano sem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA

CNPJ Nº 11.331.317/0001-27

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de novembro de 2002.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ N° 11.331.317/0001-27

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006, 147/2014 E LC MUNICIPAL 001/2014

ALEX SANDRO CLEIN LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, através de seu representante legal, Sr. ALEX SANDRO CLEIN, portador do RG N° 8.557.371-1, CPF sob N° 042.731.839-43 e de seu contador, Sr. VALTER RAFAEL ACORDI, CRC nº PR-065073/O-7, inscrito no CPF nº 037.766.399-97, DECLARA, para os fins das Leis Complementares nºs123/2006, 147/2014 e LC Municipal 001/2014 e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta empresa enquadra-se na presente data como:

(X) MICROEMPRESA, conforme art. 3º, I, da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 LC Municipal 001/2014;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme art. 3º, II, da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 LC Municipal 001/2014.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações do § 4º do art. 3º da LC nº 123/2006 e LC 147/2014 e LC Municipal 001/2014.

Por ser esta expressão da verdade, firmamos o presente.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

VALTER RAFAEL ACORDI
CPF n° 037.766.399-97
CRC nº PR-065073/O-7

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ: 11.331.317/0001-27 IE: 90840939-60
TELEFONE: (45) 9116-3956
E-MAIL postosaara3@gmail.com
AVENIDA BRASIL, Nº 251, CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

ALEX SANDRO CLEIN LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 11.331.317/0001-27, com endereço em Avenida Brasil, n° 251, Centro, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, e sob as penas da Lei, que a proposta está em conformidade com as exigências previstas no edital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três barras do Paraná-Pr, 30 de Janeiro de 2025.

ALEX SANDRO CLEIN LTDA
CNPJ N° 11.331.317/0001-27

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.331.317/0001-27**	DUNS®:	**94*****38**
Razão Social:	**ALEX SANDRO CLEIN LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/12/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/07/2025**	**Automática**
FGTS	Validade:	**04/03/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**09/08/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/06/2025**
Receita Municipal	Validade:	**26/02/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2025**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 042.XXX.XXX-43 Nome: ALEX SANDRO CLEIN

Ass: _____

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALEX SANDRO CLEIN LTDA **NIRE :** 41600991371 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2500369150
NIRE (Sede) 41600991371	**CNPJ** 11.331.317/0001-27	**Data de Ato Constitutivo** 16/11/2009	**Início de Atividade** 16/11/2009

Endereço Completo
Avenida BRASIL, Nº 251, CENTRO - Três Barras do Paraná/PR - CEP 85485-000

Objeto Social
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas; 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes;

Capital Social R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ALEX SANDRO CLEIN	042.731.839-43	R$ 140.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
ALEX SANDRO CLEIN	042.731.839-43	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 09/12/2022	**Número** T4160099137	**Ato/eventos** 904 / 046 - TRANSFORMACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/01/2025, às 09:00:13 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **BH59QFE6**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALEX SANDRO CLEIN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.331.317/0001-27
Certidão nº: 4825086/2025
Expedição: 27/01/2025, às 10:11:52
Validade: 26/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALEX SANDRO CLEIN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.331.317/0001-27, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/02/2025 16:40:16

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALEX SANDRO CLEIN LTDA**
CNPJ: **11.331.317/0001-27**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 11331317000127

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **AUTO POSTO TAYSON LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Avenida Brasil, nº 194, Centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 00.115.830/0001-64 forneceu ao **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, CNPJ nº 78.121.936/0001-68, estabelecida na Rua Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR e detém qualificação técnica dos seguintes itens conforme segue:

- DIESEL COMUM
- ÓLEO DIESEL S10
- GASOLINA COMUM
- ETANOL

O fornecimento dos itens acima descritos refere-se aos contratos nº 281/2022 e 269/2023.

Informamos ainda que o fornecimento dos itens acima referidos apresentaram bom desempenho, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Três Barras do Paraná, 11 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

Assinado digitalmente por GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=42176490001168, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.02.11 09:53:01-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de CATANDUVAS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

AUTO POSTO TAYSON LTDA

CNPJ: 00.115.830/0001-64

Local da Sede: Três Barras do Paraná - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de CATANDUVAS
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

CATANDUVAS, 3 de fevereiro de 2025

Adriane Strzelecki
Distribuidor

ADRIANE STRZELECKI

Assinado de forma digital por ADRIANE STRZELECKI
Dados: 2025.02.03 12:49:42 -03'00'

Código Validador TJPR: CACF.2865.13HHAGJI.01 **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEIbE

AUTO POSTO Peliser

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **AUTO POSTO TAYSON LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **00.115.830/0001-64**, sediada na **AVENIDA BRASIL, 194 – CENTRO – TRÊS BARRAS DO PARANÁ PR**, telefone 45 991080631, e-mail aptayson@gmail.com, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sra. CLENI MACAGNAN, portador do RG N° 4751016-3, CPF sob N° 975.248.329-15, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;
h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência

CLENI MACAGNAN
REPRESENTANTE LEGAL
Carimbo e Assinatura

Auto Posto Tayson Ltda.
CNPJ 00.115.830/0001-64 Inscr. Est. 437.00623-70

AUTO POSTO Peliser

ANEXO I – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A
Pregoeira do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025.

A empresa **AUTO POSTO TAYSON LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **00.115.830/0001-64**, sediada na **AVENIDA BRASIL, 194 – CENTRO – TRÊS BARRAS DO PARANÁ PR**, através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

Item	Unid	Descrição do Item	Valor	(%) Descont
1	Litro	DIESEL COMUM	R$ 2.250.000,00	1%
				%
				%
				%

Marca/Modelo: a definir.
Condições de Pagamento: Conforme edital.
Validade da Proposta: 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços em anexo;

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução dos objetos.

Três barras do Paraná-Pr, 11 de fevereiro de 2025.

ASSINATURA

Auto Posto Tayson Ltda.
CNPJ 00.115.830/0001-64 Inscr. Est. 437.00623-70

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AUTO POSTO TAYSON LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.115.830/0001-64
Certidão nº: 5954912/2025
Expedição: 03/02/2025, às 15:28:49
Validade: 02/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AUTO POSTO TAYSON LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.115.830/0001-64, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AUTO POSTO TAYSON LTDA
CNPJ: 00.115.830/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:14:34 do dia 07/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/08/2025.
Código de controle da certidão: **461F.8961.5C57.F9BC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social :	AUTO POSTO TAYSON LTDA
CNPJ :	00115830000164
Nro. de Autorização :	PR/PR0023709
Nro. Despacho :	ANP Nº 236
Data da Publicação :	15/03/2002
Endereço :	AVENIDA BRASIL - 194 - - CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA - PR

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8°, inciso XV da Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP n° 948, de 05 de outubro de 2023.

Emitido às **17:16:48** horas do dia **10/02/2025** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **38BF398484F6F6EF**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
00.115.830/0001-64 MATRIZ		19/07/1994

NOME EMPRESARIAL
AUTO POSTO TAYSON LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AUTO POSTO TAYSON	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BRASIL	194	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.485-000	CENTRO	TRES BARRAS DO PARANA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/02/2025** às **08:04:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035929588-78

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **00.115.830/0001-64**
Nome: **AUTO POSTO TAYSON LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (31/01/2025 14:46:05)

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.115.830/0001-64
Razão Social: AUTO POSTO TAYSON LTDA ME
Endereço: AV. BRASIL S/N / CENTRO / TRES BARRAS DO PARANA / PR / 85485-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2025 a 15/02/2025

Certificação Número: 2025011700560006788568

Informação obtida em 31/01/2025 14:48:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FELIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA NR. 163/2025

Cadastro Econômico: 340

Razão Social.: AUTO POSTO TAYSON LTDA.
CPF/CNPJ.....: 00.115.830/0001-64
Nome Fantasia: POSTO IPIRANGA
Endereço.....: AV. BRASIL, 194
Bairro.....: CENTRO
Atividade....: COM.VAREJ.COMBUST.LUBRIF.SERV.LAVAG.LUBRIFICACAO
Alvará.....: 34

Certificamos de acordo com a Legislação em vigor, e face ao requerimento protolado sob nº , no dia que o cadastro Economico nº 34-0 localizado nesta cidade de Três Barras do Paraná, não possui débitos referente a móveis, nem imóveis, ou qualquer outro debito fiscal, NADA DEVE para a Fazenda Pública deste município, referente a impostos atrasados.

A presente certidão emitida pelo Portal do Cidadão servira exclusivamente para fins de Emissão de Certidão

A presente certidão não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Certidão emitida com base em Lei Municipal do município de Três Barras do Paraná.
Emitida em: 31/01/2025
Válida até: 02/03/2025
Ano/Número da certidão.....: 2025/163
Código de autenticidade da certidão: 850013690850013
Certidão emitida gratuitamente pelo portal do cidadão.
ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: AUTO POSTO TAYSON LTDA **NIRE :** 41203115311 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2500437113
NIRE (Sede) 41203115311	**CNPJ** 00.115.830/0001-64	**Data de Ato Constitutivo** 19/07/1994	**Início de Atividade** 19/07/1994

Endereço Completo
Avenida BRASIL, Nº 194, CENTRO - Três Barras do Paraná/PR - CEP 85485-000

Objeto Social
COMERCIO A VAREJO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) SERVICO DE LAVAGEM LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS SERVICO DE BORRACHEIROS E GOMARIA LANCHONETE CASAS DE CHA DE SUCOS E SIMILARES COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS

Capital Social R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)	**Porte** Demais	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MARCELO PELISER	027.353.549-89	R$ 52.000,00	Sócio	N	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
CLENI MACAGNAN	975.248.329-15	R$ 78.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
CLENI MACAGNAN	975.248.329-15	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 05/08/2014	**Número** 20144583828	**Ato/eventos** 212 / 212 - COMUNICACAO DE FUNCIONAMENTO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/02/2025, às 16:16:14 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **59MWCFV3**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLENI MACAGNAN; brasileira, natural de Francisco Beltrão - Pr., separada judicialmente, nascida no dia 11/07/1958, empresaria, inscrita no CPF sob nº 975.248.329-15, e portadora da RG. n.º 4.751.016-3-SSP-PR., residente e domiciliado à Av. São Paulo, s/n, centro, CEP 85485-000, no município de Três Barras do Paraná, Pr..

MARCELO PELISER; brasileiro, natural de Cascavel – Pr., solteiro, maior, nascido no dia 14/12/1980, empresário, inscrito no CPF sob nº 027.353.549-89, e portador da RG. n.º 6.831.408-9-SSP-PR., residente e domiciliado à Rua das Rosas, s/n, centro, CEP 85485-000, no município de Três Barras do Paraná, Pr..

AMARILDO PEDRO ORBEN, brasileiro, natural de Catanduvas- Pr., casado, em Regime de Comunhão de Bens, nascido no dia 29/06/1965, empresário, inscrito no CPF nº 525.138.909-49, e portador da RG nº 3.958.976-1, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, s/n , centro, CEP 85485-000, no município de Três Barras do Paraná – Pr.

Por este e na melhor forma de direito, em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sócios da sociedade **AUTO POSTO TAYSON LTDA**, com sede na Avenida Brasil, nº 194, centro, na cidade de Três Barras do Paraná - Paraná, CEP 85485-000, registrada na Junta Comercial de Cascavel – Pr., sob o NIRE 41203115311 e inscrita no CNPJ sob o nº 00.115.830/0001-64, resolvem consolidar seu Contrato Social e Primeira Alteração Contratual sob n.º 961709340, despacho em 27/09/1996, Segunda Alteração Contratual sob nº 962023442, despacho em 20/11/1996, Terceira Alteração Contratual sob nº 990018032, despacho em 07/01/1999, Quarta Alteração Contratual sob nº 992477506, despacho em 11/11/1999, Quinta Alteração Contratual sob nº 20011279710, despacho em 13/06/2001, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sócia CLENI MACAGNAN PELISER que assim assinava, passa a assinar somente **CLENI MACAGNAN**, devido separação judicial.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio **AMARILDO PEDRO ORBEN** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma para a Sócia **CLENI MACAGNAN** .

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio que se retira da sociedade, declara haver recebido, neste ato, a quantia de R$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS), de **CLENI MACAGNAN**, assim, também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

CLÁUSULA QUARTA: O sócio aqui admitido, na condição de cessionário da parte do cedente **AMARILDO PEDRO ORBEN**, a partir deste contrato assume todos os deveres e

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados aos demais sócios, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA : O capital social é de R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS) dividido em 130.000 (CENTO E TRINTA MIL) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	**QUOTAS**	**R$**
MARCELO PELISER	52.000	52.000,00
CLENI MACAGNAN	78.000	78.000,00
TOTAL	**130.000**	**130.000,00**

CLAUSULA SEXTA : A administração da sociedade passará a ser exercida pela sócia **CLENI MACAGNAN**, com os poderes e atribuições de sócio administrar autorizado o uso do nome empresarial representando a sociedade ativa e passiva, judicial e extra - judicialmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, mas a assinatura isolada de qualquer deles não obriga a sociedade perante terceiros.

CLÁUSULA OITAVA: Os administradores receberão um "pro-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

CLÁUSULA NONA: É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá

ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O sócio participa dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

PARÁGRAFO QUARTO: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO QUINTO: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

PARÁGRAFO SEXTO: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA : Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

a) aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação do contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
h) o pedido de concordata.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, caberá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

PARÁGRAFO QUARTO: Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões o saldo eventualmente existente terá o destino que os sócios determinarem;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
b) designar administradores, quando for o caso;
c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios declaram formalmente não estarem incursos nos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade empresarial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

A vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E TEMPO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação social **AUTO POSTO TAYSON LTDA.**

CLAUSULA SEGUNDA: O objeto da sociedade é:
50.50-4/00 – Comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores.
52.47-7/00 – Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).
50.20-2/03 – Serviços de lavagem , lubrificação e polimento de veículos.
50.20-2/04 – Serviços de borracheiros e gomaria.
55.22-0/00 – Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.
50.30-0/03 – Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem sua sede na cidade de Três Barras do Paraná – Pr., na Avenida Brasil, nº 194, centro, CEP 85485-000.

CLÁUSULA QUARTA: O tempo de duração da sociedade é indeterminado.

DO CAPITAL E QUOTAS

CLÁUSULA QUINTA: O capital social é de R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS) dividido em 130.000 (CENTO E TRINTA MIL) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	**QUOTAS**	**R$**
MARCELO PELISER	52.000	52.000,00
CLENI MACAGNAN	78.000	78.000,00
TOTAL	**130.000**	**130.000,00**

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

CLÁUSULA OITAVA: Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

CLÁUSULA NONA: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: O sócio participa dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A administração da sociedade passará a ser exercida pela sócia **CLENI MACAGNAN**, com os poderes e atribuições de sócio administrar autorizado o uso do nome empresarial representando a sociedade ativa e passiva, judicial e extra -judicialmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, mas a assinatura isolada de qualquer deles não obriga a sociedade perante terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os administradores receberão um "pro-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

DAS REUNIÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

PARÁGRAFO QUARTO: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO QUINTO: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

PARÁGRAFO SEXTO: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

a) aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação do contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
h) o pedido de concordata.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, caberá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

PARÁGRAFO QUARTO: Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões o saldo eventualmente existente terá o destino que os sócios determinarem;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
b) designar administradores, quando for o caso;
c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios declaram formalmente não estarem incursos nos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade empresarial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

AUTO POSTO TAYSON LTDA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ : 00.115.830/0001-64

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A presente alteração de contrato social foi elaborada e transcrito pelo técnico em contabilidade, NATAL ESTEVÃO ACORDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Av. São Paulo s/n, centro, Três Barras do Paraná, Pr. Inscrito no CPF sob nº 196.556.659-68, RG. 1.561.195-SSP-PR. CRC-PR. 17.888-O/4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Catanduvas – Pr., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida decorrente da vigência deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Revogam-se as disposições contidas no instrumento contratual original e suas alterações posteriores, passando a sociedade a reger-se somente por este instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.

Três Barras do Paraná, 05 de janeiro de 2004.

CLENI MACAGNAN

MARCELO PELISER

AMARILDO PEDRO ORBEN

TESTEMUNHAS

NATAL ESTEVÃO ACORDI
RG 1.561.159-SSP-PR

WAGNER CLEVERSON ACORDI
RG 1.679-473-SSP-DF

Natal Estevão Acordi
CPF 196.556.659-68
CRC-PR 17.888-O/4

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
ESCRITORIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/01/2004
SOB NUMERO: 20040116320
Protocolo: 04/011832-0
Empresa(s): 0311531 1
AUTO POSTO TAYSON LTDA
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST
Instituto Água e Terra

Número do Protocolo: 15.939.201-5
Número do Documento: 183325-R1
Validade da Licença: 09/06/2026

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 15.939.201-5, concede LO - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social		
00.115.830/0001-64	AUTO POSTO TAYSON LTDA		
RG/Inscrição Estadual	Logradouro e Número		
---	AV BRASIL, 194		
Bairro		Município / UF	CEP
TRES BARRAS DO PARANA		Três Barras do Paraná/PR	85.485-000

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Atividade	Porte
Posto de combustíveis para veículos automotores	Médio

Atividade Específica
Comércio varejista de lubrificantes, Posto revendedor, Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência, Instalação de sistema retalhista

Detalhes da Atividade
comercio varejista de combustiveis,lubrificantes e troca de oleo para veiculos automotores

Coordenadas UTM (E-N)	Logradouro e Número		
280187,2 - 7186605,6	AV BRASIL, 194		
Bacia Hidrográfica	Bairro	Município / UF	CEP
Iguaçu	Centro	Três Barras do Paraná/PR	85.485-000

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 TANQUE DE COMBUSTÍVEL

Tipo de Tanque	Modelo Tanque	Identificação	Combustível	Capacidade Tanque (m³)	Data da Instalação
Tanque jaquetado de parede dupla	Pleno	tanque I	Diesel S500	30,00	26/11/2011
Tanque jaquetado de parede dupla	Tripartido	TANQUE II	Gasolina; Etanol; Diesel S10	30,00	26/11/2011

3.2 ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Rede Pública	Humano e Empreendimento	0,05	--	---

3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Rede Pública	Rede Pública	0,04	--	---
Efluentes líq.gerados em área de pista e lavagem de	ETDI	Galeria de Água Pluvial	0,04	--	---

3.4 LIMITES PARA LANÇAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

Parâmetro	Valor Limite	Parâmetro	Valor Limite
DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio	100,00 - mg/L	--	--

3.5 CONDIÇÕES PARA LANÇAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

a) pH entre 5 a 9

b) temperatura: inferior a 40°C, sendo que a variação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C no limite da zona de mistura

c) materiais sedimentáveis: até 1 mL/L em teste de 1 hora em cone Inmhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes

d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vez a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor, exceto nos casos permitidos pela autoridade competente

3.6 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final
150202 - Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente	1,00 kg	Aterro Industrial Terceiros
150106 - Misturas de embalagens	0,60 kg	Aterro Industrial Terceiros
130201 - Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados ou contaminados	1,01 l	Aterro Industrial Terceiros
110302 - Outros resíduos	0,95 kg	Aterro Industrial Terceiros

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDICIONANTES

1. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.

2. Esta Licença foi concedida com base em vistoria técnica e nas informações constantes de Cadastro específico apresentado pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente esteja sujeita, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

3. É terminantemente proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material.

4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos reguladores.

5. Com relação ao dimensionamento do sistema de drenagem e/ou projetos de melhoria fica sugerido o aproveitamento e reuso de águas da chuva de acordo com requisitos estabelecidos pela Norma NBR 15.527, tendo em vista as classes de reuso estabelecidas na Norma NBR 13.969, bem como o projeto de concepção estabelecido pelas Normas: NBR 5626 e NBR 10.844.

6. Fica proibida a infiltração direta no solo de efluentes provenientes de águas de lavagem de veículos e do setor de abastecimento, mesmo que sejam tratadas.

7. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais utilizados ou potencialmente identificados como mananciais de abastecimento público.

8. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VI da Resolução Nº 105/2019 - CEMA, 17 de dezembro de 2019, e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.

9. No caso de destinação final de resíduos sólidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 076/2009, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.

10. Para envio do resíduo autorizado, deverá através do sistema de movimentação (www.sga-mr.pr.gov.br/sga-mr) registrar a carga prevista na Autorização Ambiental, sendo necessário a confirmação de todos os envolvidos. Não havendo a confirmação pelo sistema informado, o mesmo comprometerá a emissão do Certificado de Aprovação de Destinação Final- CADEF e da nova Autorização Ambiental.

11. O armazenamento temporário de resíduos só será permitido, por prazo não superior a 1 (um) ano.

12. No caso de empreendimentos que possuam captação de água subterrânea, deverão obrigatoriamente realizar o monitoramento anual da qualidade da água do lençol freático, considerando-se BTXE (benzeno, tolueno, xileno e etilbenzeno), HPA (hidrocarbonetos poliaromáticos) e TPH (Hidrocarbonetos Totais de Petróleo), conforme Art. 36 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020;

13. Deverá o empreendimento realizar teste de estanqueidade das bombas, linhas, filtros e tanques anualmente por empresa devidamente credenciada junto ao INMETRO, acompanhado de relatório de fotográfico, antes e após a execução do serviço, de todos os componentes avaliados.

14. Deverá o empreendimento realizar teste hidrostático de estanqueidade para sumps e spills anualmente, por empresa devidamente credenciada junto ao INMETRO.

15. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VI da Resolução N° 105/2019 - CEMA, 17 de dezembro de 2019, e 3°, Inciso IV da Resolução n° 003/2020 - SEDEST e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.

16. Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras manterem pelo menos um responsável técnico ambiental durante a validade da respectiva licença, conforme lei estadual 16.346/2009, para emissão da Licença de Operação.

17. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

18. As ampliações ou alterações na atividade ora licenciada, deverão estar em conformidade com o estabelecido na Resolução 105/2019 - CEMA, de 17 de dezembro de 2019 e pela Seção V da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de janeiro de 2020.

19. Quando do encerramento da atividade esse órgão ambiental deverá ser informado por meio de procedimento próprio, protocolado e dirigido ao Diretor de Presidente, instruído conforme estabelecido do Art. 78 da Resolução 105/2019 - CEMA, de 17 de Dezembro de 2019.

20. Realizar relatório de automonitoramento dos efluentes líquidos tratados de todos os pontos de lançamento do empreendimento, conforme Portaria 256/2013 - IAP, de todos os parâmetros estabelecidos no Art. 34 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020;

21. Quando da Renovação da Licença de Operação - RLO, deverá ser apresentado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado em conformidade as diretrizes técnicas estabelecidas no Anexo XIV da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de janeiro de 2020.

22. Quando da existência de sistema de armazenamento aéreo de combustíveis - SAAC, este deverá realizar a inspeção de tanques, bacias de contenção e tubulações através da medição de espessura por ultrassom e inspeção visual de vazamento, conforme normativas técnicas brasileiras vigentes.

23. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA N° 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.

24. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra.

25. Deverá ser realizado pelo empreendedor a averbação como área contaminada, conforme modelo do Anexo XII da Resolução 003/2020- SEDEST, de 24 de janeiro de 2020, nos casos em que sejam constatadas a presença de substâncias químicas em fase livre e/ou quando as concentrações das substâncias químicas de interesse ultrapassarem as concentrações máximas aceitáveis para o local, de acordo com o estabelecido pela Resolução 420/2009 - CONAMA e pelo Art. 44 da Resolução 003/2020 - SEDEST.

26. O empreendimento e/ou ampliações deverão atender as disposições locacionais contidos no art. 24 Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020.

27. As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser encaminhadas para o respectivo sistema de drenagem de águas pluviais, a fim de impedir a saturação do sistema drenagem oleosa, já contemplado pela norma ABNT NBR 14.605-2.

28. Deverá o empreendimento manter obrigatoriamente em funcionamento o sistema de monitoramento intersticial dos tanques e sumps de bombas e filtros. Em caso de qualquer alteração/interrupção do funcionamento desse sistema, deverá ser encaminhado comunicado a este órgão ambiental.

29. Deverá ser apresentado a este órgão ambiental, com frequência máxima de 03 (três) anos, contados a partir da data de emissão da respectiva licença, o relatório de monitoramento e operação - RMO, descrito no Capítulo V da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020,conforme Anexo VIII dessa resolução.

30. Deverão ser descritas no relatório de vistoria técnica todas as adequações e/ou melhorias de sistemas e medidas de controle ambiental implantadas no decorrer da validade desta licença, com apresentação do plano de melhoria, com anotação de responsabilidade técnica emitida por profissional habilitado, conforme Art. 26 da Resolução 003/2020 - SEDEST, de 24 de Janeiro de 2020.

31. É PROIBIDA A INFILTRAÇÃO DIRETA NO SOLO DE EFLUENTES PROVENIENTES DE ÁGUAS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E DO SETOR DE ABASTECIMENTO, MESMO QUE TRATADAS.

É PROIBIDA A LAVAGEM DE VEÍCULOS NA ÁREA DA PISTA DE ABASTECIMENTO.

32. Quando da solicitação para RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO a empresa deverá apresentar Relatório Técnico elaborado por profissional habilitado acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com material fotográfico de cada um dos itens abaixo, contendo no mínimo as condições de operação da (o)(s):OBS. CASO JÁ APRESENTE PROBLEMAS CONSERTO IMEDIATO , FICA DETERMINADO QUE A MANUTENÇÃO DESTES DEVE SER CONSTANTE.
1- Piso e drenagem;
2- Sistema de drenagem de águas pluviais;
3- Caracteristicas (principalmente quanto a infiltrações) do piso impermeável na área de bombas e tanques;
4- Sistema de drenagem oleosa das áreas de abastecimento, tanques e lubrificação e troca de óleo;
5- Caixas separadoras água/óleo.
6- Atualização do Plano de Gerenciamento de Riscos, onde couber;
7- Câmaras de Contenção sob as unidades de abastecimento e filtragem de óleo;
8- Câmaras de acesso à boca de visita dos tanques e descarga selada;
9- Relatório de manutenção das válvulas de retenção de vapores

33. Óleo lubrificante usado e o óleo retido na caixa separadora de água/óleo somente poderão ser alienados a coletores de óleo e refinadores que possuam licença do IAP e cadastro junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Deverão ser implementados os Planos e Programas de Verificação da Integridade e Manutenção dos Equipamentos e Sistemas, de Atendimento a Emergências e de Treinamento de Pessoal.

34. PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS.

Os efluentes somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, desde que obedeçam às condições e padrões estabelecidos na sequência, resguardadas outras exigências cabíveis:

I - pH entre 5 e 9;

II - DBO5 (Demanda Bioquímica de Oxigênio) inferior a 100 (cem) mg/L;

III - DQO (Demanda Química de Oxigênio) inferior a 300 (trezentos) mg/L;

IV - Material sedimentável até 1 ml/L em teste de 1 hora em cone Inmhoff;

V - Óleos e Graxas minerais até 20 mg/L e vegetais até 50 mg/L;

VI - Substâncias Tensoativas que reagem com o Azul de Metileno até 2,0 mg/L.

VII - Temperatura: inferior a 40° C;

VIII - Benzeno até 1,2 mg/L;

IX - Etilbenzeno até 0,84 mg/L;

X - Tolueno até 1,2 mg/L;

XI - Xileno até 1,6 mg/L.

EM BRANCO

Cascavel, 09 de Junho de 2020

Súmula dessa licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da resolução CONAMA nº 006/86.Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante

Digitally signed by MARLISE DA CRUZ:17695570915
Date: 2020.06.09 17:51:14 BRT

MARLISE DA CRUZ
Escritório Regional de Cascavel

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 00115830000164

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/02/2025 16:39:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AUTO POSTO TAYSON LTDA**
CNPJ: **00.115.830/0001-64**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025.

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna públiico e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2025, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

- **ALEX SANDRO CLEIN – CNPJ nº 11.331.317/0001-27**

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERCENTUAL (%) DE DESCONTO OFERTADO SOBRE TABELA DA ANP	PREVISÃO DE GASTOS EM R$
2	Óleo Diesel S10	1,00%	1.700.000,00
3	Gasolina Comum	1,00%	550.000,00
4	Etanol	1,00%	40.000,00

Valor total do fornecedor: R$ 2.290.000,00 (Dois milhões e duzentos e noventa mil reais).

- **AUTO POSTO TAYSON LTDA – CNPJ nº 00.115.830/0001-64**

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERCENTUAL (%) DE DESCONTO OFERTADO SOBRE TABELA DA ANP	PREVISÃO DE GASTOS EM R$
1	Óleo Diesel Comum	1,00%	2.250.000,00

Valor total do fornecedor: R$ 2.250.000,00 (Dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais).

Desclassificações

- **NÃO HOUVE**

Inabilitações

- **NÃO HOUVE**

Três Barras do Paraná/Pr, 13 de fevereiro de 2022.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

MOVIMENTOS DO PROCESSO

28/01/2025 10:29:48 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

07/02/2025 14:41:40 **CADASTRO DE PROPOSTA** AUTO POSTO TAYSON LTDA

10/02/2025 08:24:16 **CADASTRO DE PROPOSTA** ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

10/02/2025 17:11:09 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** ALEX SANDRO CLEIN EIRELI

11/02/2025 07:50:18 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** AUTO POSTO TAYSON LTDA

11/02/2025 09:10:58 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Senhores licitantes, bom dia

11/02/2025 09:11:22 **MENSAGEM** PREGOEIRO
existe possibilidade de melhorar o percentual de desconto

11/02/2025 09:11:23 **MENSAGEM** PREGOEIRO
?

11/02/2025 09:13:53 **MENSAGEM** PREGOEIRO
não existindo possibilidade de aumento no percentual de desconto passaremos o processo para a fase de entrega de documentação de habilitação

11/02/2025 09:14:19 **MENSAGEM** PREGOEIRO
após a convocação os senhores terão 02 horas para anexar os documentos na plataforma

11/02/2025 09:14:30 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante ALEX SANDRO CLEIN EIRELI foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 11/02/2025 11:14

11/02/2025 09:14:30 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante AUTO POSTO TAYSON LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 11/02/2025 11:14

11/02/2025 09:40:10 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante ALEX SANDRO CLEIN EIRELI adicionou o arquivo 4cac9014d1bd4bb4900d230b5889196d.rar aos documentos complementares.

12/02/2025 17:36:45 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante AUTO POSTO TAYSON LTDA adicionou o arquivo 2cdb9e202c8246e7964fbdd4f379ce86.pdf aos documentos complementares.

13/02/2025 08:56:05 **MENSAGEM** PREGOEIRO
As empresas classificadas em primeiro lugar apresentaram todos os documentos de acordo com as exigências do edital e estão declaradas vencedoras em seus respectivos itens

13/02/2025 09:09:45 **MENSAGEM** PREGOEIRO
passaremos agora o processo para manifestação de intenção de recursos

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica
Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 2.227.500,00 **Valor Total:** 2.227.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	AUTO POSTO TAYSON LTDA	248	00.115.830/0001-64	2.238.750,00	2.227.500,00	1,00	Não

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

2	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	576	11.331.317/0001-27	2.238.750,00	2.238.750,00	0,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**		
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:11	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 576)	**0,50**
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	**0,50**
11/02/2025 09:01:16	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	**1,00**
11/02/2025 09:10:16	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é AUTO POSTO TAYSON LTDA			
11/02/2025 09:10:16	**HABILITAÇÃO**		
11/02/2025 09:11:52	**MENSAGEM**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	
Bom dia			
11/02/2025 09:12:02	**MENSAGEM**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	
nao			
11/02/2025 09:59:44	**MENSAGEM**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 248)	
qual formato enviar a documentacao			
13/02/2025 09:09:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
13/02/2025 09:24:55	**EM ADJUDICAÇÃO**		
13/02/2025 10:29:50	**ADJUDICADO**		

LOTE 2 - ADJUDICADO
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: ÓLEO DIESEL S10
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 1.683.000,00 **Valor Total:** 1.683.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	731	11.331.317/0001-27	1.691.500,00	1.683.000,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	096	00.115.830/0001-64	1.691.500,00	1.691.500,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**	
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**	

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:11	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 731)	**0,50**
11/02/2025 09:00:11	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 096)	**0,50**
11/02/2025 09:01:53	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 731)	**1,00**
11/02/2025 09:10:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:14	**HABILITAÇÃO**		
11/02/2025 09:12:47	**MENSAGEM**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 731)	
Bom dia, não há possibilidade de melhorar a percentagem de desconto			
13/02/2025 09:09:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
13/02/2025 09:24:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		
13/02/2025 10:29:51	**ADJUDICADO**		

LOTE 3 - ADJUDICADO
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Gasolina Comum
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 544.500,00 **Valor Total:** 544.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	400	11.331.317/0001-27	547.250,00	544.500,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	719	00.115.830/0001-64	547.250,00	547.250,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	**PUBLICADO**		
29/01/2025 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
11/02/2025 09:00:12	**DISPUTA**		
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 400)	**0,50**
11/02/2025 09:00:12	**LANCE**	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 719)	**0,50**
11/02/2025 09:02:03	**LANCE**	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 400)	**1,00**
11/02/2025 09:10:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:14	**HABILITAÇÃO**		
13/02/2025 09:09:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
13/02/2025 09:24:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		
13/02/2025 10:29:51	**ADJUDICADO**		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

LOTE 4 - ADJUDICADO
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Etanol
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.600,00 **Valor Total:** 39.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	641	11.331.317/0001-27	39.800,00	39.600,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	728	00.115.830/0001-64	39.800,00	39.800,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

28/01/2025 10:30:00	PUBLICADO		
29/01/2025 08:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
11/02/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
11/02/2025 09:00:12	DISPUTA		
11/02/2025 09:00:12	LANCE	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 641)	0,50
11/02/2025 09:00:12	LANCE	AUTO POSTO TAYSON LTDA (PARTICIPANTE 728)	0,50
11/02/2025 09:02:16	LANCE	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI (PARTICIPANTE 641)	1,00
11/02/2025 09:10:13	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ALEX SANDRO CLEIN EIRELI			
11/02/2025 09:10:13	HABILITAÇÃO		
13/02/2025 09:09:56	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
13/02/2025 09:24:57	EM ADJUDICAÇÃO		
13/02/2025 10:29:51	ADJUDICADO		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

LOTE 1 - ADJUDICADO - 13/02/2025 10:29:50
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica
Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 2.227.500,00 **Valor Total:** 2.227.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	AUTO POSTO TAYSON LTDA	248	00.115.830/0001-64	2.238.750,00	2.227.500,00	1,00	Não
2	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	576	11.331.317/0001-27	2.238.750,00	2.238.750,00	0,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 2 - ADJUDICADO - 13/02/2025 10:29:51
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: ÓLEO DIESEL S10
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 1.683.000,00 **Valor Total:** 1.683.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	731	11.331.317/0001-27	1.691.500,00	1.683.000,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	096	00.115.830/0001-64	1.691.500,00	1.691.500,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 3 - ADJUDICADO - 13/02/2025 10:29:51
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Gasolina Comum
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 544.500,00 **Valor Total:** 544.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	400	11.331.317/0001-27	547.250,00	544.500,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	719	00.115.830/0001-64	547.250,00	547.250,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 4 - ADJUDICADO - 13/02/2025 10:29:51
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Etanol
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.600,00 **Valor Total:** 39.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	641	11.331.317/0001-27	39.800,00	39.600,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	728	00.115.830/0001-64	39.800,00	39.800,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

TOTAL DO PROCESSO: **4.494.600,00**

AUTO POSTO TAYSON LTDA — **00.115.830/0001-64** — **2.227.500,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 248 Lance: 1,00 **Total: 2.227.500,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica

Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM

Quantidade: 1 Val. Ref.: 2.250.000,00 **Valor Unit.: 2.227.500,00** Total Item: 2.227.500,00

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI — **11.331.317/0001-27** — **2.267.100,00**

LOTE 2 Quant.: 1 Num: 731 Lance: 1,00 **Total: 1.683.000,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: ÓLEO DIESEL S10

Quantidade: 1 Val. Ref.: 1.700.000,00 **Valor Unit.: 1.683.000,00** Total Item: 1.683.000,00

LOTE 3 Quant.: 1 Num: 400 Lance: 1,00 **Total: 544.500,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: Gasolina Comum

Quantidade: 1 Val. Ref.: 550.000,00 **Valor Unit.: 544.500,00** Total Item: 544.500,00

LOTE 4 Quant.: 1 Num: 641 Lance: 1,00 **Total: 39.600,00**

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR

Descrição: Etanol

Quantidade: 1 Val. Ref.: 40.000,00 **Valor Unit.: 39.600,00** Total Item: 39.600,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Adm: Nº 11/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Empresas vencedoras valor total: R$ 4.494.600,00 (quatro milhões e quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais): **AUTO POSTO TAYSON LTDA** (00115830000164) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.227.500,00 (dois milhões e duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais). **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI** (11331317000127) com os lotes: 2, 3, 4 no valor total de R$ 2.267.100,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e sete mil e cem reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 13 de fevereiro de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Adm: Nº 11/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Empresas vencedoras valor total: R$ 4.494.600,00 (quatro milhões e quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais): **AUTO POSTO TAYSON LTDA** (00115830000164) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.227.500,00 (dois milhões e duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais). **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI** (11331317000127) com os lotes: 2, 3, 4 no valor total de R$ 2.267.100,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e sete mil e cem reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 13 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

LOTE 1 - Lote 1	
11/02/2025 09:00:11 AUTO POSTO TAYSON LTDA	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:00:11 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:01:16 AUTO POSTO TAYSON LTDA	
VÁLIDO	**1.00**
LOTE 2 - Lote 2	
11/02/2025 09:00:11 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:00:11 AUTO POSTO TAYSON LTDA	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:01:53 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**1.00**
LOTE 3 - Lote 3	
11/02/2025 09:00:12 AUTO POSTO TAYSON LTDA	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:00:12 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:02:03 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**1.00**
LOTE 4 - Lote 4	
11/02/2025 09:00:12 AUTO POSTO TAYSON LTDA	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:00:12 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**0.50**
11/02/2025 09:02:16 ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	
VÁLIDO	**1.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 28/01/2025 10:30:01

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 13/02/2025 10:49:12
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: ipiranga Modelo: nao se aplica
Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 2.227.500,00 **Valor Total:** 2.227.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	AUTO POSTO TAYSON LTDA	248	00.115.830/0001-64	2.238.750,00	2.227.500,00	1,00	Não
2	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	576	11.331.317/0001-27	2.238.750,00	2.238.750,00	0,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 13/02/2025 10:49:12
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: ÓLEO DIESEL S10
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 1.683.000,00 **Valor Total:** 1.683.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	731	11.331.317/0001-27	1.691.500,00	1.683.000,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	096	00.115.830/0001-64	1.691.500,00	1.691.500,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 13/02/2025 10:49:13
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Gasolina Comum
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 544.500,00 **Valor Total:** 544.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	400	11.331.317/0001-27	547.250,00	544.500,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	719	00.115.830/0001-64	547.250,00	547.250,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 13/02/2025 10:49:13
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: L Marca: A DEFINIR Modelo: A DEFINIR
Descrição: Etanol
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.600,00 **Valor Total:** 39.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	ALEX SANDRO CLEIN EIRELI	641	11.331.317/0001-27	39.800,00	39.600,00	1,00	Sim
2	AUTO POSTO TAYSON LTDA	728	00.115.830/0001-64	39.800,00	39.800,00	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
Processo Adm: Nº 11/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Empresas vencedoras valor total: R$ 4.494.600,00 (quatro milhões e quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais): **AUTO POSTO TAYSON LTDA** (00115830000164) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.227.500,00 (dois milhões e duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais). **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI** (11331317000127) com os lotes: 2, 3, 4 no valor total de R$ 2.267.100,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e sete mil e cem reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 13 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE COMPETENTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL N° 17/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA AUTO POSTO TAYSON LTDA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, inscrito no CPF/MF sob N° 409.XXX.XXX-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.XXX.XXX-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **AUTO POSTO TAYSON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Avenida Brasil, nº 194, Centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 00.115.830/0001-64, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, CLENI MACAGNAN, inscrita no CPF nº 975.XXX.XXX-15 e portadora do RG nº X.751.XXX-3, doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 03/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O fornecimento de combustível deverá ocorrer em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, Termo de Referência e demais anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ 2.250.000,00 (Dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERCENTUAL (%) DE DESCONTO OFERTADO SOBRE TABELA DA ANP	PREVISÃO DE GASTOS EM R$
1	Óleo Diesel Comum	1,00%	2.250.000,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços deverão obedecer aos seguintes parâmetros de referência:

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC) - ANP
Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

OBS: As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço referente ao litro do combustível deverá obedecer a variação disposta na média de preços da ANP, conforme Parágrafo Segundo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO
Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital e item 10. Do Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;
b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 07.01.10.301.0008.1.004.000.4.4.90.52.00
b) 07.01.10.304.0022.2.016.000.4.4.90.52.00
c) 09.01.12.361.0010.2.028.000.4.4.90.52.00
d) 06.03.08.244.0005.2.021.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA
Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega deverá ocorrer conforme disposto neste edita e no item 14. Do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE
Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;
c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;
c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES
Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO NONO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.
c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista,

previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

e) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

f) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão, de Controle de Frotas, CPF N° 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os

dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Três Barras do Paraná, 13 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

Assinado digitalmente por GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=44178489000186, OU=AC Simplesrfb Multipla, O=ICP-Brasil, CN=GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.02.13 14:17:26-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
CLENI MACAGNAN
Data: 13/02/2025 14:32:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AUTO POSTO TAYSON LTDA
CLENI MACAGNAN
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL N° 18/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA ALEX SANDRO CLEIN EIRELI.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, inscrito no CPF/MF sob N° 409.XXX.XXX-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.XXX.XXX-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **ALEX SANDRO CLEIN EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Avenida Brasil, nº 251, Centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 11.331.317/0001-27, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, ALEX SANDRO CLEIN, inscrita no CPF nº 042.XXX.XXX-43 e portadora do RG nº X.557.XXX-1 SSP/PR, doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 03/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O fornecimento de combustível deverá ocorrer em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, Termo de Referência e demais anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ 2.290.000,00 (Dois milhões e duzentos e noventa mil reais), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

LOTE 01 - COMBUSTÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERCENTUAL (%) DE DESCONTO OFERTADO SOBRE TABELA DA ANP	PREVISÃO DE GASTOS EM R$
2	Óleo Diesel S10	1,00%	1.700.000,00
3	Gasolina Comum	1,00%	550.000,00
4	Etanol	1,00%	40.000,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços deverão obedecer aos seguintes parâmetros de referência:

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC) - ANP
Estado Paraná, município de referência: Cascavel/PR - Preços Médios Semanais

Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

OBS: As notas fiscais deverão ser emitidas com base no preço médio disponibilizado pela ANP. Deverão ser observados os preços médios semanais, correspondentes a data de abastecimento de cada veículo, aplicado o desconto percentual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço referente ao litro do combustível deverá obedecer a variação disposta na média de preços da ANP, conforme Parágrafo Segundo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO
Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital e item 10. Do Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;
b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 07.01.10.301.0008.1.004.000.4.4.90.52.00
b) 07.01.10.304.0022.2.016.000.4.4.90.52.00
c) 09.01.12.361.0010.2.028.000.4.4.90.52.00
d) 06.03.08.244.0005.2.021.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega deverá ocorrer conforme disposto neste edita e no item 14. Do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;
c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES
Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO NONO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.
c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista,

previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF N° 038.XXX.XXX-37;

b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF N° 034.XXX.XXX-70;

c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.XXX.XXX-30;

e) Sra. MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF/MF 471.XXX.XXX-00;

f) Sr. DANIEL HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF/MF 047.XXX.XXX-92.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão, de Controle de Frotas, CPF N° 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os

dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Três Barras do Paraná, 13 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ALEX SANDRO CLEIN LTDA:11331317000127

ALEX SANDRO CLEIN EIRELI
ALEX SANDRO CLEIN
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº 17/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e AUTO POSTO TAYSON LTDA

FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, demais alterações e Pregão Eletrônico nº 03/2025

VALOR: R$ 2.250.000,00 (Dois milhões duzentos e cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº 18/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
PARTES:	Município de Três Barras do Paraná e ALEX SANDRO CLEIN – EIRELI.
FUNDAMENTO:	Lei 14.133/2021, demais alterações e Pregão Eletrônico nº 03/2025
VALOR:	R$ 2.290.000,00 (Dois milhões duzentos e noventa mil reais).
VIGÊNCIA:	O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2025.